

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS E PROPOSIÇÕES PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO (CEENSI)

Presidente: Deputado **REGINALDO LOPES**

Relator: Deputado **WILSON FILHO**

I - RELATÓRIO

A Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio (CEENSI) foi criada em 15 de março de 2012, a partir de iniciativa do Deputado Reginaldo Lopes (Requerimento nº 4.337, de 2012), constituída e instalada em 23 de maio desse mesmo ano, com o objetivo de mobilizar os parlamentares para a discussão, o debate e a proposição de iniciativas com vistas a uma nova concepção para o ensino médio no país.

Para o autor do Requerimento que originou esta Comissão Especial, o ensino médio, etapa final da educação básica e nível obrigatório de ensino a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 2009¹, o ensino médio oferecido atualmente não corresponde às expectativas dos jovens, especialmente no tocante à sua inserção na vida profissional, e vem apresentando resultados que não correspondem ao crescimento social e econômico do país. Em sua

¹ A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, alterou o inciso I do art. 208 da Constituição Federal para tornar obrigatória a educação básica gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, a ser implementada progressivamente, até 2016, nos termos do Plano nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.



A1F06D7B41

justificação para que o Poder Legislativo se debruçasse sobre o tema, ressaltou, ainda, que é preciso *“uma concepção inovadora do ensino médio, com a formação integral do estudante, estruturada na ciência, cultura, trabalho, tecnologia e esporte. Estabelecer um significado mais amplo e reconhecer na integração à educação profissional técnica uma importante política pública, mas que precisa ser complementada com a mudança curricular do ensino médio “tradicional” não profissionalizante”*.

Nesse sentido, a proposta desta Comissão Especial, cuja relatoria coube-me a honra de ocupar, foi a de proporcionar a discussão mais ampla e abrangente possível sobre as alternativas de organização do ensino médio e as diferentes possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas do público ao qual se destina este nível de ensino, na perspectiva da universalização do ensino de qualidade.

Foram convidados a participar das discussões, durante os mais de dezessete meses de funcionamento da CEENSI, representantes dos diversos órgãos do Poder Executivo Federal, das associações estudantis, de entidades sindicais, da iniciativa privada, bem como Secretários Estaduais de Educação, gestores dos sistemas de ensino, pesquisadores e especialistas na área. A extensa pauta de temas que permearam os debates abrangeu, entre outros, a universalização do acesso ao ensino médio; a estrutura física, administrativa e pedagógica das escolas; a falta de espaços de aprendizagem; a formação de professores e gestores para a educação básica, especialmente para o ensino médio; as formas de avaliação; os programas de apoio ao estudante e aos professores; a integração com a educação profissional; e a baixa atratividade do ensino médio no cenário atual.

O plano de trabalho da CEENSI incluiu, além da realização de diversas Audiências Públicas no âmbito desta Casa, a realização de Seminários Estaduais, de forma a levar os debates a todas as unidades da Federação, além de um Seminário Nacional no qual foram apresentados diagnósticos, ações e propostas sobre a reformulação do ensino médio levantados em todo o país.

Com o intuito de subsidiar adequadamente os trabalhos, foram realizadas as seguintes Audiências Públicas:



A1F06D7B41

- Em 7 de novembro de 2012, foi realizada Audiência Pública com a presença do Sr. **Antônio César Russi Callegari**, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), do Sr. **José Fernandes de Lima**, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), e do Sr. **Luiz Cláudio Costa**, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O Sr. **Antônio César Russi Callegari** apresentou diversos dados sobre o ensino médio e sobre a situação educacional do jovem brasileiro de 15 a 17 anos de idade. Segundo os dados, 53% da população nessa faixa etária estão no ensino médio, enquanto 32% ainda se encontram no ensino fundamental regular (defasagem), 6% na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nível fundamental, e 9% estão fora da escola. A grande maioria dos alunos está na rede pública, essencialmente na rede estadual de ensino, que, em duas décadas, triplicou o número de matrículas (de 2.472.964, em 1991, para 7.183.345, em 2011, equivalente a 86% do total de matrículas). O ensino médio brasileiro hoje é majoritariamente diurno, representando uma inversão no atendimento ao longo do tempo: em 1995, 34% das matrículas eram no ensino médio diurno, contra 66%, no noturno; em 2011, temos 67,5% dos alunos frequentando as aulas durante o dia, contra 32,5% à noite. Apesar do avanço quantitativo e nas condições de oferta do ensino médio, as taxas de abandono e reprovação ainda são preocupantes em grande parte dos Estados, o que denota a existência de problemas estruturais no ensino médio que se refletem nas avaliações, como o IDEB em que, embora tenhamos atingido a meta nacional estabelecida, muitos Estados estagnaram e outros chegaram a regredir. Apontou como fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino médio a adequada formação inicial e continuada dos professores (maior número de formados em nível superior) e a questão curricular, dentro das novas diretrizes estabelecidas pelo CNE para o ensino médio para que se possa avançar em novas propostas curriculares para o ensino médio. Nem currículo único nem currículo mínimo, mas um currículo melhor no sentido da articulação entre as diferentes disciplinas e os diferentes conteúdos curriculares.

O Sr. **José Fernandes de Lima** discorreu sobre o debate realizado pelo CNE, entre os anos de 2010 e 2011, acerca das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e que resultou no Parecer e na Resolução homologados pelo Ministro da Educação no início de 2012. A motivação para tal discussão foi acompanhar os avanços no ensino médio a partir



A1F06D7B41

da homologação das diretrizes anteriores, em 1998, e as novas demandas e interesses dos estudantes, em sua maioria vinculados aos seus projetos de vida e mudanças na sociedade, tais como a grande quantidade de informações que surgem a todo instante e a pressão da sociedade para que a escola desempenhe papéis e trate de assuntos que não eram tipicamente seus, a grande diversidade de juventudes no Brasil e o grande número de estudantes que só agora está conseguindo entrar no ensino médio. Por se constituir na última etapa da educação básica, o ensino médio é um direito, e, como direito, temos que fazer com que chegue a todos. A finalidade do ensino médio é a estabelecida na Constituição e na LDB, isto é, tem que preparar para o trabalho, para o exercício da cidadania, para a continuidade nos estudos, para a vida em sociedade, como um todo, não para um ou outro. Isso implica que os conteúdos desenvolvidos têm que estar em conformidade com o projeto de vida dos alunos, dentro de sua realidade. Para que o ensino médio cumpra essa finalidade, ele tem que ser único, sem deixar qualquer área de lado, e, para que ele chegue a todas as pessoas, não pode ser rígido. As escolas devem adequar seus projetos político-pedagógicos e organizar suas atividades e conteúdos de forma a melhor atender os alunos daquele estado ou região. As diretrizes orientam os sistemas para que deem as condições de trabalho para as escolas, que combinem entre si (sistemas e escolas) para que nenhum aluno fique fora da escola e para que não haja duplicação de esforços para o mesmo fim, e que as avaliações sejam feitas a partir do que foi definido para que a escola faça. Nada disso, porém, será alcançado se não se fizer um grande trabalho de formação de professores. A quantidade de conhecimentos tem avançado muito rapidamente, as demandas são diferentes, passamos a ter uma maior diversidade dentro da sala de aula, tudo implica que o professor tenha outra formação, outra estrutura, outro amparo, outras condições de trabalho. Identidade, finalidade, como fazer e qual orientação dos sistemas para fazer isso.

O Sr. **Luiz Cláudio Costa**, Presidente do INEP, buscou analisar o ensino médio e o que o MEC está fazendo. Ponderou que o Brasil decidiu olhar quantitativamente e qualitativamente para a educação, o que significa que precisamos ser inclusivos, sem abrir mão da qualidade. Por esta razão, o PNE tem metas quantitativas e qualitativas. Do ponto de vista qualitativo, o Brasil criou um indicador simples e que aponta claramente o que se deve fazer – o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB diz que todas as crianças devem aprender e devem ficar na escola. Os dados apontam que, nos



anos iniciais e finais do ensino fundamental, houve avanços e que as metas foram ultrapassadas, porém, no ensino médio, a meta do IDEB foi atingida, porém o avanço foi menor. Porém, os avanços no ensino fundamental serão sentidos daqui a alguns anos no ensino médio; os jovens que hoje têm nota cinco no ensino fundamental terão notas melhores que os atuais 3,7 no ensino médio. O ensino médio hoje é problema mundial, nenhum país está tranquilo por conta das características dos jovens de 15 a 17 anos. A taxa de aprovação no IDEB do ensino médio subiu de 0,77, em 2005, para 0,8, em 2011. A taxa de aprendizado (desempenho) em matemática também aumentou de 271,3, em 2005, para 274,8, em 2011, sendo que a meta do Brasil é atingir 352,85, que é a média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em língua portuguesa, o desempenho subiu de 257,6, em 2005, para 268,6, em 2011, sendo que a média da OCDE é de 299,62. No ensino fundamental, o conjunto dos indicadores tem evolução consistente e positiva, apesar de ainda ser alta a taxa de insucesso (12,4%). Abandono relativamente baixo (1,5%) e estável entre as séries dos anos iniciais. As taxas de abandono são estáveis entre as séries dos anos finais (4,3%), apesar de superiores aos anos iniciais. No ensino médio, o conjunto dos indicadores tem evolução consistente, mas insatisfatória, com taxa de aprovação baixa e estável e, conseqüentemente, não aprovação elevada (22,7%). A decomposição da não aprovação em seus dois componentes aponta para uma queda consistente no abandono e, ao mesmo tempo, uma tendência de aumento da reprovação. O que sugere que, apesar do cenário desfavorável, mais alunos estão tentando manter-se no ensino médio. A série mais crítica do ensino médio, com a maior taxa de abandono e de reprovação, é a primeira série, que exige mais atenção. Por fim, o palestrante apresentou os estudos que estão em andamento no INEP: a) universalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado na 3ª série do ensino médio; b) universalização da aplicação do SAEB na rede privada; c) inclusão de testes de ciências humanas e naturais no SAEB/Prova Brasil; d) mudanças na participação das escolas na avaliação censitária; e) criação de outros indicadores escolares; f) fortalecimento da avaliação pelas unidades da federação; g) substituição do SAEB (3ª série do ensino médio) pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

- Em 28 de novembro de 2012, foi realizada Audiência Pública com a presença da Professora **Carmem Sylvia Vidigal Moraes**, representante do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), e do



Professor **Dante Henrique Moura**, representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

A Professora **Carmem Sylvia Vidigal Moraes**, docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), integrante do Conselho de Pesquisa Científica do CEDES, discorreu sobre a temática de educação e trabalho e ensino médio, sua área de pesquisa. A Professora, como representante de entidades acadêmicas e científicas e de professores das universidades públicas do país, contrapôs-se a representantes de organizações não governamentais e consultores empresariais que trazem relatos contundentes e indicadores catastróficos da educação escolar brasileira, em particular do ensino médio, priorizando excessivamente as estatísticas. A palestrante ressaltou que, apesar de os pesquisadores das universidades públicas também produzirem e fazerem uso de indicadores educacionais e sociais em seu trabalho, os mesmos ponderam que suas maiores contribuições dizem respeito à maneira como objetivam, interpretam e compreendem essas informações sobre a realidade educacional, à forma como conduzem as propostas políticas de superação dos problemas diagnosticados. Essas duas correntes podem até convergir no diagnóstico de problemas, mas se afastam frontal e francamente no que diz respeito às análises interpretativas de suas causas e na proposição dos possíveis encaminhamentos para sua solução. A Professora apresentou seu posicionamento utilizando alguns indicadores sociais a partir de três questões fundamentais que permeiam a educação brasileira e constituem obstáculos históricos permanentes à sua democratização. São eles: os problemas relacionados ao acesso à educação escolar, à qualidade do ensino e aqueles que incluem os anteriores e praticamente o definem – a relação público *versus* privado. Quanto ao acesso e à qualidade do ensino, afirma que o Brasil ainda não conseguiu universalizar o acesso ao ensino médio. De acordo com o INEP, havia, em 2011, em todo o país, 8.400.000 alunos matriculados no ensino médio, a maioria na rede pública. Analisando-se as matrículas sob a ótica da dependência administrativa, observou-se a consolidação das escolas públicas e a redução da participação das escolas privadas na oferta, que decresce de 27%, em 1991, para 11,8%, em 2010. Ao longo de dezenove anos da série histórica, as matrículas por escolas privadas municipais e federais mantêm-se praticamente constante. No âmbito das escolas públicas, a ampliação do atendimento deu-se nas últimas décadas pela crescente participação das escolas estaduais, que passaram a se responsabilizar por 65%, em 1991, a 85%, em 2010, do total das matrículas, e por



97% das matrículas das escolas públicas. Em relação à aprovação nas escolas estaduais, afirma a pesquisadora que, de cada quatro alunos matriculados, um não obtém sucesso em ser aprovado para a série seguinte ou para concluir o ensino médio. A Professora atenta para o fato de que, nas escolas estaduais, o aumento de matrículas corresponde a um aumento nas taxas de reprovação e à estabilidade nas taxas de abandono, indicando o desafio no sentido do desenvolvimento de políticas para fixação dessa parcela da juventude que se aproxima da escola. O número de concluintes no ensino médio expressa, por outro lado, as consequências das taxas de rendimento: salvo um crescimento de concluintes entre 1997 e 1999, houve estabilização no patamar de 1,8 milhões de concluintes, a despeito do incremento das matrículas. Entre 1991 e 2010, a taxa líquida na matrícula para a população de 15 a 17 anos passou de 17,3%, em 1991, para 32 %, em 2001, atingindo 44%, em 2004, e chegando a 50%, em 2009. Apesar do avanço, configura-se a não democratização do acesso, pois a outra metade dessa juventude ou continua no ensino fundamental (34%), fruto de reprovações ou ingresso tardio, ou está sem frequentar a escola. Em 2012, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos mais de 10 milhões de jovens entre 15 e 17 anos de idade, pouco mais da metade (5,4 milhões) cursam o ensino médio. Existem ao menos 4 milhões de estudantes dessa faixa etária no ensino fundamental, portanto com defasagem idade-série. Outros 978 mil estão fora da escola, dos quais aproximadamente 167 mil são analfabetos. A pesquisadora ressalta ainda que, segundo a PNAD, caiu o percentual de jovens entre 15 e 17 anos que frequentam a escola, ao mesmo tempo em que houve diminuição da participação desses jovens na população ocupada (-11,1%, de 2009 a 2011). Como exemplo, a Professora citou o consultor de educação Cláudio de Moura Castro, o qual afirma que a taxa de escolarização entre os jovens reflete uma crise no ensino médio, que a matrícula está caindo porque “o ensino médio é muito ruim, é chato, as pessoas desanimam”, configurando muito mais uma “expulsão” do ensino médio do que uma “atração” pelo mercado de trabalho. Ao contrário do que afirma o economista Moura Castro, a pesquisadora referencia o relatório do Observatório da Equidade do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social, de 2011, segundo o qual a baixa taxa de frequência da população no ensino médio, para além dos fatores sociais que a determinam, pode ser atribuída à menor priorização do investimento público direto nesse segmento, tanto em termos financeiros quanto técnico-pedagógicos, o que incide sobre a natureza e qualidade do ensino médio. A pesquisadora cita outros



índices. Em relação à proporção de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos por condição de atividade na relação entre estudo e trabalho, os que apenas trabalham são quase metade dessa população, sendo que 15% só estudam; outros 15% estudam e trabalham, condição que frequentemente leva ao ensino noturno e ao abandono precoce. Houve uma tendência decrescente nos últimos dez anos da proporção de jovens que apenas estudam e que estudam e trabalham, e o aumento dos que apenas trabalham. Segundo a palestrante, tal dado reforça a hipótese de que o ingresso no mercado de trabalho consiste num dos principais motivos da evasão escolar. Boa parte dos jovens que apenas trabalham são os mesmos que não completaram o ensino médio. Em relação à presença juvenil no mundo do trabalho, as pesquisas revelam que, em 2008, aproximadamente 66% da população jovem de 14 a 29 anos (36 milhões de pessoas) estavam no mundo do trabalho. A associação da categoria juventude com as variáveis sexo, cor, renda familiar e região de moradia torna ainda mais explícitas as múltiplas desigualdades que atingem a população juvenil. Jovens pertencentes às famílias de baixa renda, moradores de áreas metropolitanas mais pobres, ou de determinadas áreas rurais, mulheres jovens e jovens negros de ambos os sexos são atingidos de maneira mais crítica pelas dificuldades acesso à educação e ao trabalho. Segundo o Anuário dos Trabalhadores de 2009, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), verifica-se que 54% das pessoas ocupadas começaram a trabalhar antes dos 14 anos; 54% das pessoas da População Economicamente Ativa (PEA) começaram a trabalhar antes dos 14 anos, 13% antes dos 9 anos, e a grande maioria, 78% antes dos 18 anos. Esses dados, segundo a Professora, revelam a importância do trabalho para a juventude no Brasil. À semelhança do que ocorre em outros países da América Latina, a grande maioria dos jovens está no mercado de trabalho. Reconhecer que no nosso país o trabalho também faz parte da juventude não significa defender o trabalho de adolescentes e jovens, mas, ao contrário, implica admitir que a construção da condição juvenil decorre de um complexo de valores sedimentados sob o ponto de vista social e histórico, e que, no Brasil, uma alteração desse quadro deveria ser expressão de mudanças estruturais mais substantivas que atenuem as profundas desigualdades sociais submetidas a processo de longa duração. Entre essas mudanças está a universalização do ensino médio de qualidade, o que significa a implantação da escola unitária, de currículo integrado, que tenha por princípio a dialética sociedade, trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Para a pesquisadora do CEDES, as propostas do economista Moura Castro seguem outra direção: ao



estabelecer uma correlação entre escolaridade, produtividade e ganho, tomando, portanto, o salário como medida da qualidade do trabalho, e ao atribuir os diferenciais de renda entre as pessoas e os diferenciais de desenvolvimento e crescimento entre os países à menor ou maior eficácia dos sistemas educacionais, essa corrente propõe a volta da organização do ensino médio segundo os parâmetros do Decreto nº 2.208, de 1997. Defende, assim, o currículo diversificado e não integrado, ou seja, propõe um currículo voltado para o ensino médio e outro currículo voltado para o ensino profissional, organizado de forma fragmentada e orientado por demandas econômicas específicas, apresentadas como sendo as mesmas demandas da juventude trabalhadora público-alvo da escola pública. Para a pesquisadora, o pensamento desses consultores é de que se o ensino não se submete aos interesses do mercado, ele perde objetividade, é desinteressante e desagrada aos estudantes. Na mesma linha, o fracasso do ensino médio é atribuído por essa corrente principalmente aos professores das escolas públicas, os quais, incompetentes e portadores de má formação, necessitam de políticas de controle e de fiscalização, como é o caso, por exemplo, do bônus que associa resultados escolares à remuneração e do apostilamento dos conteúdos de ensino. A pesquisadora cita o sistema educacional do Estado de São Paulo como exemplo dos resultados negativos dessas políticas. Cita os programas para o ensino médio exportados por países como os Estados Unidos e tão aclamados por esses consultores, como as políticas de responsabilização que amarram resultados acadêmicos à obtenção de ajuda financeira ou técnica. Essas políticas têm tido resultados claramente problemáticos nesses países que as adotaram, caso típico dos Estados Unidos, que as adotam há dez anos e, desde então, não conseguem melhorar seu desempenho educacional, além de não conseguirem diminuir desigualdades educacionais. A Professora citou a Finlândia como exemplo de país com reconhecida qualidade educacional na educação básica e que não adota políticas de responsabilização. Em relação aos programas de avaliação internacionais da educação, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), da OCDE, a pesquisadora esclareceu que estudos realizados por pesquisadores brasileiros revelam os resultados enviesados desses programas, apontando para a destruição do sistema público de ensino nos Estados Unidos, além de mostrarem os riscos de esses resultados orientarem mudanças na educação brasileira. Ressalta o fato de essas pesquisas indicarem que, na esteira das reformas educacionais no nosso país, segue a indústria da educação, composta de empresas que prestam serviços de avaliação, de qualidade de ensino, de



consultoria, de gestão e de apostilamento de conteúdos aplicados aos alunos. Por fim, defende a Professora Carmem que as universidades públicas, entidades acadêmicas, pesquisadores, professores, formadores de professores, possuem propostas exequíveis, na perspectiva da qualidade social da educação e da participação democrática, as quais não se operacionalizam devido a interesses em disputa, opostos aos da população brasileira. Relembra também as experiências de escola unitária e de ensino médio integrado promovidas por Anísio Teixeira, no início dos anos 1930, no Rio de Janeiro, da Escola Parque, na Bahia, e dos ginásios vocacionais, em São Paulo, extintos pela ditadura militar nos anos 1960, como propostas nossas, brasileiras, propostas de fortalecimento da escola pública.

O Professor **Dante Henrique Moura**, da ANPED, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ressaltou que o ensino médio constitui etapa da educação básica complicada não só no Brasil, como em todo o mundo, principalmente em relação à questão da terminalidade ou não terminalidade. No Brasil, essa questão é mais crucial pelo fato de o país não conseguir garantir o acesso de todos os adolescentes ao ensino médio e porque os adolescentes brasileiros têm que começar a trabalhar cedo. Nos últimos dois anos, a ANPED participou ativamente das discussões acerca das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio, período em que foram aprovadas e homologadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) que apontam para a perspectiva da formação humana integral, omnilateral e politécnica, igualitária, laica e universal. O Professor salientou que os trabalhos da Comissão Especial deveriam se centrar não em mais uma reforma do ensino médio, mas sim em como materializar essas novas diretrizes para o ensino médio. Segundo ele, o ensino médio brasileiro não funciona por falta de reformas ou propostas, mas porque faltam condições adequadas para as escolas funcionarem. Para que as diretrizes se concretizem, é necessário: garantir infraestrutura física adequada em todas as escolas – como laboratórios de ciências, laboratórios audiovisuais, oficinas, quadras de esportes, bibliotecas, sala ou ateliê de arte (grupos musicais, artes plásticas etc.) e pessoal (docente e outros) – para criar um ambiente educativo estimulante aos adolescentes e jovens que usufruem do mundo atraente da comunicação digital; oferecer reforço escolar para acompanhar os alunos com dificuldades em



disciplinas específicas, de modo a prevenir a reprovação e o abandono escolar; e criar vínculos efetivos entre os professores e as escolas, com salários dignos que não necessitem ser complementados com bônus compensadores de um percentual de aprovações, além de plano de carreira e de formação inicial e continuada. A educação como fator econômico, concebida para conformar o ser humano, ao invés de educação para a emancipação humana, visa atender aos interesses e necessidades do mercado, estando longe de ser igual para todos. Para o palestrante, antes de se pensar em mais uma reformulação curricular, é necessário tomar a decisão política de adotar medidas na direção de garantir que a universalização do ensino médio ocorra com igualdade ou, ao menos, sinalize na direção dessa igualdade, assegurando as condições básicas para seu funcionamento. Os dados oficiais revelam que a taxa bruta de escolarização no ensino superior brasileiro, em 2009, foi de 26,7%, enquanto a líquida foi de 14,4%, em 2010. Nesse sentido, cabe indagar porque o ensino médio, última etapa da educação básica, não incorpora de forma universal ao seu currículo conteúdos e estudos que contemplem as bases científicas e tecnológicas que fundamentam os processos produtivos contemporâneos, as profissões, o mundo do trabalho, incluindo análises sobre as relações entre o trabalho e a educação na sociedade atual, uma vez que a absoluta maioria da população vive a fase adulta com uma escolarização formal que não vai além da educação básica. O palestrante afirma que a resposta a esta pergunta está, em parte, na lógica que orienta o funcionamento da sociedade capitalista neoliberal, segundo a qual a maioria vive alijada de direitos básicos, ao tempo em que uma pequena minoria se apropria do que produz essa maioria. Romper com essa dualidade estrutural da educação escolar imposta por um modo de produção hegemônico não depende apenas do sistema educacional, mas, antes, da transformação do modo de produção vigente. O conteúdo coerente com a formação humana integral, omnilateral, politécnica e emancipatória deveria, segundo o palestrante, englobar os seguintes aspectos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da formação humana; tecnologia assumida como construção social, produção, aplicação e apropriação de práticas, saberes e conhecimentos; centralidade nos sujeitos e em suas relações com o conhecimento. Um ensino médio com esse conteúdo será possível de forma universal quando os jovens das classes populares puderem ser dar ao “luxo” de optar por só começarem a trabalhar após concluir a educação básica, por volta dos 17 ou 18 anos de idade. Atualmente, apenas os jovens dos estratos mais bem aquinhoados de nossa sociedade têm direito a esse “luxo”, uma vez que os jovens das classes populares



têm que trabalhar para contribuir com a renda familiar ou mesmo sustentar-se desde a tenra idade. Para o Professor, uma possibilidade coerente com a realidade brasileira é a coexistência entre ensino médio politécnico e ensino médio politécnico integrado à educação profissional, regular e EJA, a partir de uma base unitária comum já mencionada (trabalho, ciência, tecnologia e cultura como eixo estruturante), direção para a qual apontam as atuais DCNEM. Por fim, observa o palestrante que o MEC não está desenvolvendo ação indutora no sentido de materializar o conteúdo dessas diretrizes, nem há financiamento garantido para tal, o que configura que o problema a ser enfrentado é, essencialmente, político.

- Em 4 de dezembro de 2012, foi realizada Audiência Pública com a presença do Professor **Moaci Alves Carneiro**, autor do livro “O nó do ensino médio”.

O Professor **Moaci Carneiro** iniciou sua exposição fazendo referência às finalidades da educação básica expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Destacando que o ensino médio constitui etapa final da educação básica e não apenas um estágio preparatório para o ensino superior, o palestrante afirmou que nossas escolas públicas de ensino médio não atingem essas finalidades e padecem de muitos problemas – infraestrutura precária, professores despreparados e mal pagos, currículos inadequados e material didático escasso. Somando-se a estes problemas a falta de motivação dos alunos, que já chegam despreparados do ensino fundamental e encontram um currículo unificado, “de massa”, sem conteúdos transversais que lhes ofereçam a possibilidade de formações diversificadas, o resultado é a acentuada taxa de evasão e a frequente distorção idade-série observada no ensino médio. Aos alunos que concluem esse nível de ensino faltam bases sólidas em leitura, escrita, cálculo e compreensão científica do ambiente social, produtivo e tecnológico, chegando despreparados tanto ao mercado de trabalho quanto à universidade. Para o palestrante, um dos principais problemas para as carências do ensino médio é a falta de uma fonte de financiamento específica para esse nível de ensino. Devido ao atual ordenamento legal, segundo o Professor Moaci Carneiro, sempre se procura “jogar a conta do ensino médio” para o orçamento dos governos estaduais e, para corrigir essa deficiência financeira, seria preciso entender que “o problema do ensino médio não é um problema dos Estados, é um problema do Estado”. O palestrante apresentou diversos caminhos para a solução desses problemas, quais sejam: revisar os



limites de responsabilidades constitucionais dos entes federativos sobre o ensino médio, ação que, segundo o palestrante, já está inclusive prevista no projeto do novo Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congresso Nacional; revisar o sistema de avaliação do ensino médio, criando instrumentos e indicadores mais adequados a uma formação multidisciplinar; estabelecer um sistema de bônus financeiros e outras facilidades para os professores do ensino médio, que lhes facilite a aquisição de equipamentos, livros, revistas científicas e outros materiais de uso pedagógico; abrir à iniciativa privada a participação no financiamento do ensino médio; fixar parâmetros nacionais para a remuneração dos professores do ensino médio, com valores que oscilariam entre a remuneração dos professores do Distrito Federal e a dos professores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Detalhando a proposta dos parâmetros nacionais de remuneração, o palestrante acrescentou que a responsabilidade dos salários seria compartilhada entre a União, que arcaria com um percentual de 60% dos custos, e os Estados, que participariam com 40% e complementariam sua contrapartida assumindo a responsabilidade de acabar com o analfabetismo funcional, reduzir o contingente de professores temporários, expandir os programas de “educação digital”, reequipar as escolas de ensino médio, implantar um programa permanente de formação continuada de professores e revisar o sistema de avaliação do ensino médio. O Professor Moaci apresentou, ainda, a proposta de se criar um “bônus” de redução tributária para a aquisição de equipamentos, livros, revistas científicas e assemelhados para os professores que, estando contratados em tempo integral e dedicação exclusiva na rede pública de educação, tivessem cumprido, durante sua licenciatura, uma etapa de “residência pedagógica” em escolas públicas. A esses professores seria ainda concedida a dispensa da prestação do serviço militar obrigatório durante o período em que estivessem cursando sua licenciatura e, em caráter permanente, após sua contratação como servidores públicos.

- Em 11 de dezembro de 2012, foi realizada Audiência Pública com a presença da Sra. **Antônia das Graças Santos Silva**, da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), e do Sr. **Antonio Lidio de Mattos Zambon**, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC (SECADI).

A Sra. **Antônia das Graças Santos Silva**, da ARCAFAR, discorreu sobre a atuação daquela Associação na educação do campo. Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, as Casas Familiares Rurais (CFR) existem



A1F06D7B41

desde 1984, ofertando inicialmente educação fundamental e, posteriormente, devido à falta de escolas na área rural, expandiram a oferta para o ensino médio, passando a atuar, a partir de 2006, também no ensino médio profissionalizante. As CFR trabalham com a metodologia da pedagogia da alternância, na qual os alunos passam alternadamente períodos na escola, recebendo aulas regulares (em geral de uma a duas semanas), e períodos em propriedades rurais (geralmente duas semanas), em práticas agrícolas que contam com a orientação de técnicos e engenheiros agrônomos. A palestrante alegou que a ação das CFR veio suprir a falta de técnicos agropecuários no Maranhão e em outros Estados do Nordeste, principalmente após a extinção do serviço de assistência rural, em 1996. Atualmente existem no Maranhão 18 Casas Familiares Rurais e 21 Escolas Família Agrícola atuando nos ensinos fundamental, médio e profissionalizante, formando técnicos em agropecuária. No Pará, essas escolas formam também técnicos agroflorestais e em turismo e zootecnia. O principal problema enfrentado pelas CFR e Escolas Família Agrícola (EFA) tem sido o da sustentabilidade financeira, uma vez que seu funcionamento depende do apoio de alguns municípios e, eventualmente, de fontes internacionais. A palestrante terminou apontando a necessidade de se estabelecerem fontes estáveis de financiamento para essas escolas, uma vez que elas se enquadram na categoria de organização pública não estatal.

O Sr. **Antônio Lídio de Mattos Zambon**, da SECADI, apresentou dados sobre o Programa Nacional de Reestruturação da Rede Escolar Pública de Educação no Campo (Pronacampo). Atualmente, habitam as áreas rurais 29 milhões de pessoas, sendo que, destas, quase dois milhões de jovens em idade escolar. Entretanto, segundo dados do MEC, o ensino médio rural tem apenas 343.824 alunos, que equivalem a 18,43% da população rural em idade escolar. A razão apontada pelo Sr. Zambon é que não há escolas de ensino médio suficientes no campo e que, ainda assim, a quantidade dessas escolas vem diminuindo, tendo sido fechadas mais de 13 mil escolas na área rural nos últimos cinco anos. Para tentar evitar uma redução ainda maior dessas escolas, quando do lançamento do Pronacampo, a SECADI encaminhou ao Congresso Nacional o PL nº 3.534, de 2012, que propõe exigir diversos requisitos para o fechamento de escolas de educação básica, dentre esses a necessidade da anuência da comunidade escolar afetada. Em relação ao corpo docente existente no campo, o palestrante afirmou haver atualmente cerca de 30.000 professores, 90% deles com nível superior. O Sr. Zambon prosseguiu discorrendo sobre a



legislação existente para a educação do campo. Quanto à demanda apresentada pela palestrante que o antecedeu, Sra. Antônia das Graças Santos Silva, representante da ARCAFAR, lembrou que as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, definidas pela Resolução CEB/CNE nº 1, de 13 de abril de 2003, foi um marco importante para o fortalecimento da educação do campo, por recomendar que os jovens dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS) tenham acesso à educação na área rural em que residem. Citou a Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2013, que permitiu a inclusão dos alunos dos CEFFAS na contagem de matrículas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), aumentando, assim, a possibilidade de transferência de recursos a essas escolas e lembrou ainda que a Resolução CEB/CNE nº 2, de 28 de abril de 2008, dispôs sobre as Diretrizes Complementares para a Educação do Campo, que recomendaram a oferta de ensino médio no campo e, se necessário, em escolas nucleadas no próprio campo. Como marcos importantes para o fortalecimento da educação do campo, o palestrante relatou que, nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, dispostas pela Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, a educação do campo passou a ser uma modalidade e que o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), estabelece como princípios da educação do campo o respeito à diversidade, a necessidade de um projeto pedagógico específico, a valorização dos diferentes saberes, o controle social da educação do campo, o uso de diferentes espaços e tempos de aprendizagem e a criação de políticas de formação dos profissionais para a educação do campo. O Sr. Zambon relatou também que a SECADI desenvolve uma proposta de formação de professores para as séries finais do ensino fundamental e do ensino médio do campo, o Programa de Licenciatura em Educação para o Campo (Procampo), que se estrutura por área de conhecimento, em vez de por disciplinas. Este programa tem enfrentado dificuldades junto aos sistemas estaduais de educação, uma vez que os Conselhos Estaduais de Educação somente aceitam essa formação na estrutura tradicional, por disciplinas, e sugeriu que se trabalhe no sentido da aceitação da formação por área de conhecimento – Linguagens, Arte e Literatura, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza, Ciências Agrárias etc. O palestrante concluiu relacionando os grandes desafios do ensino médio, em especial do campo: a universalização do acesso e da permanência; o direito ao desenvolvimento e à aprendizagem na faixa etária adequada; o combate à



distorção idade-série e às altas taxas de reprovação e evasão; o trabalho em uma perspectiva de educação integral; e a oferta de material didático específico para o campo.

- Em 19 de fevereiro de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença da Professora **Carmen Moreira de Castro Neves**, Diretora de Formação de Professores da Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A Professora **Carmen Moreira de Castro Neves**, representante da CAPES, apresentou as ações do governo federal voltadas para a formação de professores da educação básica. Inicialmente, a Professora esclareceu que a CAPES não ministra cursos, mas induz e fomenta universidades para a formação básica de professores, mantendo atualmente programas junto a duzentas e trinta e três instituições de ensino superior. A seguir, a Professora relacionou alguns pontos críticos que têm interferido com a carreira do magistério: baixa atratividade e desprestígio da carreira; frequente ausência de planos de carreira; ambiente escolar não motivador; falta de condições de segurança e saúde no trabalho; conservadorismo e inadequação dos cursos de formação inicial e de formação dos formadores; fragmentação e fragilidade das ações de desenvolvimento profissional permanente; baixa percepção, pelo professor, de seu espaço de autonomia e de seu papel como força humana, social e política. A seguir, a Professora apresentou um resumo dos programas da CAPES na área da formação de professores. Na área na formação inicial, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e os programas Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI). Para a formação continuada e extensão, os mestrados profissionais em diversas áreas voltadas para o ensino, Programa Novos Talentos, o “Residência Docente” e a Cooperação Internacional para a Educação Básica, com ênfase em inglês, matemática, ciências, gestão da educação e outras línguas. Para formação em pesquisa e divulgação científica, o Observatório da Educação (OBEDUC), o Observatório da Educação Escolar Indígena, as Feiras de Ciências e Mostras Científicas e o apoio às Olimpíadas Científicas. Desde 2009, apenas a diretoria em que a Professora atua aplicou cerca oitocentos milhões de reais na execução desses programas e ações. Finalizando, a Professora ressaltou que a CAPES tem trabalhado ativamente na indução, fomento e avaliação da formação de professores.



- Em 26 de fevereiro de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença do Professor **Daniel Queiroz Sant'Ana**, Secretário de Educação do Estado do Acre, representante do CONSED.

O Secretário **Daniel Queiroz Sant'Ana** apresentou à CEENSI as sugestões do CONSED para avanços no ensino médio, oriundas do relatório final de um grupo de trabalho que aquele Conselho e o MEC constituíram para consolidar suas propostas de reformulação do ensino médio, relatório esse previamente encaminhado à esta Comissão. Os pressupostos seguidos pelo grupo de trabalho CONSED–MEC para a elaboração do relatório foram a correta e equilibrada distribuição de atribuições e competências dentro do pacto federativo e seus reflexos no financiamento da educação e a rica diversidade cultural e histórica do país, que se reflete na realidade dos diferentes sistemas de ensino e o uso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) como orientadores para o debate sobre as mudanças necessárias. Traçando um diagnóstico do ensino médio brasileiro, o relatório apontou diversos pontos críticos: o acesso ainda não universalizado a esse nível de ensino, atingindo apenas 85% dos jovens de 15 a 17 anos; a baixa atratividade que o ensino médio tem tido para os jovens, que resulta em altos índices de infrequência, reprovação e abandono; a estrutura organizacional, pedagógica e física não condizente com as expectativas dos alunos; a carência ou mau uso de espaços diversificados de aprendizagem, tais como laboratórios, bibliotecas etc.; a discrepância entre a formação inicial do professor e as reais necessidades do cotidiano escolar; carências na qualificação das equipes gestoras das escolas (diretores e coordenadores); falta de espaço físico para ampliações ou novas construções, sobretudo nos grandes centros urbanos; o excesso de oferta no ensino médio noturno; dificuldades no transporte escolar; ausência de integração entre os níveis de ensino, notadamente entre as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio; e problemas de integração entre redes municipais e redes estaduais. A partir desse diagnóstico, o grupo de trabalho delineou o cenário que deve ser perseguido nos próximos anos: um ensino médio que propicie uma formação integral, sistêmica, holística, humana e cidadã, com favorecimento da interdisciplinaridade e transversalidade entre temas e conteúdos, que vise o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas e não cognitivas adequadas ao século XXI, com foco nas necessidades de desenvolvimento local, regional e nacional, incentivando a autonomia dos alunos, o protagonismo juvenil e a formação de lideranças. As escolas deverão



funcionar em tempo integral, integradas à educação profissional e com uma melhor articulação entre a formação superior e as demandas da educação básica. Finalizando sua exposição, o Sr. Sant'Ana sintetizou as propostas contidas no relatório final do grupo de trabalho: criar um programa ou linha de financiamento específico para ações destinadas ao ensino médio, a ser executado no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)/MEC, provendo, dessa forma, suporte federal à expansão da educação integral e em tempo integral, às necessidades de professores e alunos e ao desenvolvimento de novas metodologias e materiais pedagógicos.

- Em 19 de março de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença da Dra. **Gretel Eres Fernández**, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), do Professor **Juscelino da Silva Sant'Ana**, professor da educação básica e Chefe do Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas da Secretaria de Educação do Distrito Federal, e do Dr. **José Carlos Paes de Almeida Filho**, Professor de Linguística Aplicada – área de aquisição e ensino escolar de línguas da Universidade de Brasília (UnB).

A Dra. **Gretel Fernández** discorreu sobre o ensino de línguas estrangeiras no ensino médio. A Professora observou que as línguas estrangeiras têm sido pouco valorizadas no ensino médio, ressaltando que nos tempos do Império e do início da República havia oferta de até seis idiomas estrangeiros no ensino médio, enquanto que hoje os alunos apenas estudam uma ou, no máximo, duas línguas estrangeiras. Este fato, segundo a Dra. Gretel, denota a ausência de uma política de ensino de línguas efetiva e eficaz. A Professora elencou várias dificuldades por que passa atualmente o ensino de línguas estrangeiras: turmas muito grandes, com cerca de quarenta alunos, inadequadas para o ensino de línguas; aulas de duração e frequência insuficientes, que perfazem apenas aproximadamente trinta minutos efetivos de aula por semana; falta de material didático e falhas na formação dos professores, que nem sempre dominam a oralidade do idioma que ensinam. Como ponto de partida para a solução desses problemas, a Professora sugeriu a criação de diretrizes para a formação inicial dos professores de línguas estrangeiras e seus respectivos níveis de desempenho linguístico e pedagógico, além de alertar as unidades federativas acerca da necessidade do cumprimento da Lei nº 11.161, de 2005, que determina a oferta obrigatória da língua espanhola no ensino médio.



O Professor **Juscelino da Silva Sant'Ana** também discorreu sobre os problemas enfrentados pelo ensino de línguas estrangeiras na educação básica. O fraco desempenho dos alunos da educação básica em línguas estrangeiras se reflete em falhas na formação desses alunos nos cursos de nível superior, que deles saem despreparados para o ensino de idiomas e se tornam professores despreparados lecionando na educação básica, formando um ciclo vicioso que precisa ser quebrado. O Professor ressaltou, ainda, as condições inadequadas para o ensino de línguas estrangeiras na educação básica, tais como o elevado número de alunos por sala, a carga horária insuficiente, as falhas no currículo e a falta de acesso a materiais e equipamentos de ensino adequados.

O Dr. **José Carlos Paes de Almeida Filho** apresentou alguns dados históricos que indicam a valorização do professor e do ensino de línguas na sociedade brasileira do início do século XX. Para corrigir os problemas atualmente enfrentados pelo ensino de línguas estrangeiras, o Dr. José Carlos sugeriu a criação de uma nova política pública de ensino de línguas, de implementação gradual, que incluiria a criação de uma Coordenação de Ensino de Línguas no MEC e mudanças na prova de língua estrangeira do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Como ações urgentes, o Professor sugeriu a criação de um quadro de níveis de desempenho esperado dos alunos do ensino médio em línguas estrangeiras, a elaboração de planos de curso e de unidades de materiais didáticos, bem como a criação de exames nacionais para certificação dos docentes de línguas estrangeiras.

- Em 26 de março de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença do Sr. **Marco Antonio de Oliveira**, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

O Secretário **Marco Antonio de Oliveira** trouxe informações sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em especial sobre a oferta de educação profissional técnica de nível médio e sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Segundo o palestrante, na área da educação profissional, o Pronatec se articula com diversos programas e ações preexistentes, como o Fortalecimento e Expansão da Rede Federal, o Acordo de Gratuidade do Sistema S, a Rede e-Tec Brasil, o Financiamento Estudantil – FIES Técnico, o Bolsa-Formação e o Brasil Profissionalizado, tendo como público-alvo jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Em 2013, o Pronatec



beneficiará 2.290.221 alunos e tem como meta para 2014 expandir esse atendimento para cerca de 3.100.000 alunos, com um investimento de aproximadamente R\$ 5.200.000.000,00. O Secretário fez, então, uma síntese dos programas que compõem o Pronatec, iniciando pelo Programa Bolsa-Formação, que distribuiu cerca de 2.500.000 bolsas no biênio 2011-2012 e se desdobra em duas modalidades: o Bolsa-Formação Estudante, que oferece cursos técnicos para estudantes, e o Bolsa-Formação Trabalhador, que oferta cursos de formação inicial e continuada para egressos das escolas. Ambas as modalidades são ofertadas mediante articulação entre Ministérios demandantes e instituições de ensino dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais e Serviços Nacionais de Aprendizagem. A Rede e-Tec Brasil, que visa à oferta de vagas de educação profissional na modalidade a distância, distribuiu cerca de 200.000 vagas em 2001-2012 e conta com a participação dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, em mais de oitocentos polos em todo o Brasil. O Brasil Profissionalizado é um programa do Governo Federal que transfere recursos por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), do MEC, para as redes estaduais de educação profissional, com o objetivo de construir, ampliar e reformar escolas e seus laboratórios e formar técnicos, professores e gestores. Em 2013, foram atendidas 899 escolas em 701 Municípios. O Acordo de Gratuidade do Sistema S estabelece que as entidades participantes apliquem dois terços das receitas líquidas do Senai e Senac na oferta de vagas gratuitas de cursos de formação para estudantes de baixa renda ou trabalhadores, estejam estes últimos empregados ou desempregados. O FIES Técnico e Empresa é um fundo de financiamento destinado à oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada. A contratação do financiamento é feita pelo estudante, para custear os próprios estudos, ou pela empresa, para custeio da formação profissional de seus trabalhadores. O Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) é um sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Na seleção do segundo semestre de 2013, o Sisutec oferecerá 239,7 mil vagas em 117 tipos de cursos distribuídos, em 586 instituições de ensino públicas e privadas, nas cinco regiões do país. Por fim, o palestrante mencionou a importância da então Medida Provisória nº 593, de 2012, convertida na Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013, que ampliou consideravelmente o espectro de atuação do Pronatec, aumentando os beneficiários e ofertantes da Bolsa-



Formação Estudante, permitindo, além da oferta de cursos concomitantes, a oferta de cursos subsequentes.

- Em 9 de abril de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença da Sra. **Catarina Almeida**, representante da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).

A Sra. **Catarina Almeida** iniciou sua exposição informando que a ANPAE não desenvolve regularmente pesquisas nem mantém debates sobre aspectos específicos da educação, mas, sempre que convidada, discute em termos gerais as políticas de gestão e organização da educação nacional. Em relação à reformulação do ensino médio, a convidada destacou que é importante cuidar da qualidade da educação e garantir o direito à educação, conforme disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução CEB/CNE nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Da mesma forma, ao se reestruturar esse nível de ensino, cumpre observar as finalidades estabelecidas no art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para a educação profissional técnica de nível médio, a palestrante sugeriu observar os princípios estabelecidos no art. 6º da Resolução CEB/CNE nº 2/2012, lembrando que, em todo o ensino médio, o grande desafio é garantir o acesso e a permanência, inclusive àqueles que, estando em distorção idade/série, necessitam cursá-lo na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Informando ter observado em sua prática profissional a existência de uma grande demanda pela inserção de novas disciplinas no ensino médio, a Sra. Catarina registrou que o currículo obrigatório desse nível já está sobrecarregado e que seus conteúdos precisam ser relacionados com o cotidiano dos alunos e terem sentido prático a esses alunos. Por fim, mencionou que, para implementar quaisquer mudanças no ensino médio, é imprescindível melhorar a atual infraestrutura existente nas escolas e a formação de seus professores.

- Em 7 de maio de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença do Sr. **João Batista de Oliveira**, Presidente do Instituto Alfa e Beto (IAB).

O Sr. **João Batista de Oliveira** iniciou sua apresentação comparando as estratégias de organização do ensino médio no mundo. O palestrante destacou que, enquanto muitos países têm escolas secundárias diversificadas, em um *continuum* entre a profissionalização e carreira acadêmica, os Estados Unidos têm como modelo a “escola compreensiva”, em que essa



A1F06D7B41

diversificação se faz dentro da mesma escola, ao passo que, no Brasil, todos os alunos têm que cursar a mesma escola. Apresentando a seguir dados estatísticos sobre o ensino médio no mundo, o Sr. João Batista afirmou que nas economias mais desenvolvidas no mundo há maior empregabilidade dos técnicos profissionalizados e que, mesmo no mercado de graduados em nível superior, há uma demanda crescente pelos que tiveram formação profissional. No Brasil, contrariando essa tendência, o rendimento médio dos alunos que interrompem o ensino médio para entrar no mercado de trabalho é significativamente menor que os concluintes o ensino fundamental. Para o palestrante, o principal problema do ensino médio brasileiro é a ausência de diversificação de linhas formativas, que teria como consequências o currículo sobrecarregado de disciplinas e a falta de atratividade desse nível de ensino. Finalizando, o Sr. João Batista sugeriu que se alterasse a legislação existente, implantando o ensino médio diversificado e flexibilizando a regulação do estágio.

- Em 14 de maio de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença da Sra. **Maria Izolda Cela de Arruda Coelho**, Secretária de Educação do Estado do Ceará, da Sra. **Ana Lúcia Gazzola**, Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais, e do Sr. **Herman Jacobus Cornelis Voodwarld**, Secretário de Educação do Estado de São Paulo.

O Secretário **Herman Jacobus Voodwarld** discorreu sobre as políticas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para o ensino médio e para o ensino em tempo integral. Lembrando o Decreto Estadual nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011, o palestrante relacionou os cinco pilares da educação que norteiam o programa “Educação: Compromisso de São Paulo”: valorizar e investir no desenvolvimento do capital humano da Secretaria; aprimorar as ações e a gestão pedagógica da rede, com foco no resultado dos alunos; mobilizar, engajar e responsabilizar a rede, os alunos e a sociedade em torno do processo de ensino-aprendizagem; lançar as bases de um novo modelo de escola e um novo regime na carreira do magistério; e viabilizar mecanismos organizacionais e financeiros para operacionalizar o programa. Dentre as ações previstas no programa visando à melhoria do ensino médio, o Secretário destacou as seguintes: o Ensino Médio Inovador (ProEMI); o Programa Ensino Integral; o Programa VENCE – Rede Ensino Médio Técnico; a Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo (EVESP) e as Premissas Curriculares para o Ensino Médio. A implantação do ProEMI em São Paulo utilizou recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para ações de formação de



professores, de melhoria da gestão escolar e de pequenos reparos na infraestrutura em escolas de ensino médio, visando à ampliação da jornada escolar e à diversificação de práticas pedagógicas, ao ajuste do desenho curricular às necessidades locais, com ênfase no protagonismo juvenil. Até 2013, o ProEMI atendeu, em São Paulo, 277.974 alunos, distribuídos em 709 escolas. O Programa Ensino Integral foi criado pelas Leis Complementares Estaduais nº 1.164/2012 e nº 1.191/2012, com o propósito de, em um regime de tempo integral, ajustar a proposta curricular da escola, ampliando a diversidade do conteúdo ofertado; permitir ao professor um formato de trabalho diferenciado, engajando-o no processo de ensino-aprendizagem. Com essa proposta, o Programa pretende tornar a experiência da aprendizagem mais próxima da realidade do estudante, atraindo-o para o ambiente escolar e oferecendo infraestrutura avançada de estudo, como laboratórios de informática e de ciências e salas de leitura. Em 2012, foi iniciado um piloto em dezesseis escolas, distribuídas por treze municípios do Estado de São Paulo, tendo sido expandido, em 2013, para 69 escolas em 49 municípios, beneficiando 19.012 alunos. O Programa VENCE – Rede Ensino Médio Técnico tem o objetivo de articular as ações do ensino médio da rede estadual e da educação profissional de nível médio para assegurar ao jovem uma formação humanística, científica, cultural e tecnológica, preparando-o para a inserção no mundo do trabalho. Este programa atende um total de 41.115 alunos e está organizado em duas modalidades: o VENCE Integrado, estabelecido em parceria com o Centro Paula Souza e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, que oferece ensino médio e técnico em um só período a alunos da 1ª série do ensino médio na rede estadual; e o VENCE Concomitante, que oferta a alunos da 2ª e 3ª séries do ensino médio e da EJA, um curso técnico em uma instituição credenciada em período complementar ao das aulas regulares. A EVESP disponibiliza, em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), cursos on-line de inglês, espanhol e Pré-Universitário para mais de 90.000 alunos. A atuação da Secretaria de Educação de São Paulo para o ensino médio tem-se pautado pela construção participativa da Rede, pela distribuição mais equitativa do tempo escolar entre as áreas de conhecimento, no 1º e 2º anos, e concentração da carga horária por área, no 3º ano, com o objetivo de atender aos interesses e necessidades do aluno.

Iniciando sua explanação, a Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais, Sra. **Ana Lúcia Gazzola**, afirmou que, se o maior desafio enfrentado pelo ensino médio brasileiro é ampliar sua atratividade e suas



A1F06D7B41

taxas de permanência e conclusão, no ensino profissional a grande questão é criarem-se condições de empregabilidade do egresso e sua qualificação para competição no mercado de trabalho. Lembrando que a pirâmide demográfica do Estado está concentrada nas faixas de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos e que apenas 37,7% da última faixa estão matriculados no ensino médio, a palestrante descreveu o que denominou “retrato da tragédia do país”. O fluxo de matrículas no ensino médio da Rede Estadual de Minas Gerais é preocupante: 16,2% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental não chegam ao 1º ano do ensino médio e apenas 24,2% dos alunos que entram no ensino médio concluem esse nível de ensino. O rendimento dos alunos também é baixo: a taxa de aprovação do 1º ano do ensino médio gira em torno de 68% e as de reprovação (por volta de 20%) e abandono (11%, em média) são as mais baixas de toda a educação básica. Apesar desse quadro deplorável, Minas Gerais ainda ocupa as melhores posições do país, no que a palestrante nomeou como sendo “a vanguarda do atraso”. Segundo o IDEB, dentre as redes estaduais de ensino médio, Minas está em terceiro lugar, atrás apenas de Santa Catarina e São Paulo e, se forem tomadas todas as redes de ensino – públicas e privadas – está em quarto lugar, logo após Santa Catarina, São Paulo e Paraná. Para corrigir esse cenário, o Governo de Minas Gerais lançou o programa “Reinventando o Ensino Médio” (REM), cujas principais características são a flexibilização do currículo pela criação de percursos curriculares alternativos, o uso das novas tecnologias de ensino e aprendizagem, atividades interdisciplinares e instrumentos formativos extraescolares, e a inclusão da formação em “Áreas de Empregabilidade”. O currículo do ensino médio passou a ter 2.500 horas de formação geral e 500 horas de formação específica, que compreendem os conteúdos curriculares destinados à geração de competências e habilidades em 10 áreas de conhecimento, as Áreas de Empregabilidade: Turismo; Comunicação Aplicada; Tecnologia da Informação; Meio Ambiente e Recursos Naturais; Estudos avançados: Linguagens; Estudos avançados: Ciências; Empreendedorismo e Gestão; Estudos avançados: Humanidades e Artes; Desenvolvimento agrícola e sustentabilidade; Saúde - Familiar e coletiva. Cada Área de Empregabilidade conta com consultores da Secretaria de Educação para elaborar seu currículo, construir cursos de formação a distância, acompanhar os professores no desenvolvimento das disciplinas das áreas, além de adequar o material produzido, conforme a necessidade. O programa Reinventando o Ensino Médio está estruturado em oito ações: 1. Reordenação curricular: criação dos conteúdos das áreas de empregabilidade e revisão dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC);



2. Capacitação de professores em estratégias e tecnologias didático-pedagógicas inovadoras e nas áreas de empregabilidade; 3. Implementação de tecnologias didático-pedagógicas inovadoras; 4. Orientação e acompanhamento dos alunos nas áreas de empregabilidade; 5. Adaptação das escolas aos requisitos necessários para a execução do projeto; 6. Monitoramento e avaliação do projeto; 7. Acompanhamento pedagógico do ensino médio; e 8. Promoção e divulgação das experiências do projeto. Em 2012, foi realizado um piloto desse programa, que atingiu 2.659 alunos de 1º ano de onze escolas do Estado. Em 2013, foi expandido para mais 122 escolas, beneficiando 44.062 alunos de 1º e 2º anos. Para 2014, o programa será universalizado para todas as 2.055 escolas do Estado. A estrutura de gerenciamento do REM compreende um órgão central de coordenação e 47 equipes regionais. O órgão central inclui um Núcleo de Apoio Pedagógico do Ensino Médio (NAPEM), destinado a acompanhar e apoiar a implementação do programa nas escolas, auxiliar na articulação das áreas de empregabilidade com o CBC e exercer a função de tutoria presencial no curso de formação de professores nas áreas de empregabilidade. O programa conta com recursos do FNDE para equipar as escolas com laboratórios de informática, lousas digitais e *tablets*. Os aplicativos didático-pedagógicos dos *tablets* estão sendo desenvolvidos pela Secretaria de Educação, com auxílio dos professores da rede pública estadual. Outras iniciativas de apoio ao ensino médio são: o Programa de Educação Profissional, criado para oferecer oportunidades de capacitação gratuita e facilitar a obtenção do emprego, que em 2013 teve 25.030 alunos matriculados em 53 cursos, distribuídos em 81 municípios mineiros. O Fórum de Promoção da Paz Escolar (Forpaz), para a prevenção e enfrentamento das condições geradoras de violência nas escolas, envolvendo parcerias entre a Secretaria de Estado de Educação, Defensoria Pública e Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Magistra, a escola da escola, que promove a capacitação de educadores, gestores e demais profissionais nas diversas áreas do conhecimento e em gestão pública e pedagógica. Professor da Família, que oferece visitas domiciliares periódicas para apoio pedagógico aos alunos e aporte financeiro às escolas estaduais de municípios com baixo IDH, com até 30.000 habitantes. Aprofundamento de Estudos que possibilita aos alunos da rede estadual de ensino oportunidades de participação em atividades extraclasse, motivando-os para que prossigam nos estudos e participem de vestibulares e concursos.

Para a Sra. **Maria Izolda Coelho**, Secretária de Educação do Estado do Ceará, não é sem motivos que se tem descrito a situação do ensino



médio no Brasil como dramática. Além dos resultados muito baixos de proficiência, sem que a grande maioria dos alunos aprenda o mínimo desejável para essa etapa, os esforços de melhoria têm se mostrado infrutíferos. No Ceará, em particular, em uma população de quase 8,5 milhões de habitantes, 18,7% das crianças com 8 anos de idade não são alfabetizadas. Sendo o ensino fundamental a etapa anterior ao ensino médio, é fundamental melhorar o desempenho desses alunos. O contexto é desafiador: a grande maioria das crianças não aprende e os indicadores de eficiência são muito ruins. Mas, apesar do quadro desfavorável, o Estado tem atuado intensamente, em parceria com os governos municipais, para redução dessa deficiência. Em um dos programas da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), o “Alfabetização na Idade Certa”, houve uma evolução considerável da média de alfabetização, de 2007 a 2011, que passou a atingir os níveis desejados. Também é importante notar que, entre 2005 e 2011, o Ceará foi o Estado que mais reduziu a desigualdade entre o IDEB das escolas públicas e particulares nas séries iniciais do ensino fundamental. Concomitantemente, o governo do Estado tem despendido bastante esforço em ações para melhorar o acesso e a permanência dos alunos que ingressam no ensino médio. São ações de construção de escolas, recuperação do parque escolar existente, investimento na política de transporte escolar, instalação de laboratórios, acervos e ginásios esportivos, renovação de mobília escolar e climatização das escolas, dentre outras. Nesse sentido, o Ceará tem trabalhado em parceria com o Instituto Unibanco e o Ministério da Educação na montagem do projeto “Jovem de Futuro” visando à melhoria do acesso, permanência e aprendizagem dos alunos, por meio de melhorias na tecnologia da gestão escolar. Outras ações realizadas pela SEDUC são: o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e monitoramento da SEDUC e Escolas; o fortalecimento da dinâmica de acompanhamento pedagógico na escola; a criação da figura do Diretor de Turma, que acompanha diretamente o desenvolvimento de uma turma ao longo de seu percurso no ensino médio; o incentivo ao protagonismo estudantil; a melhoria do clima escolar, com o programa “Geração da Paz”; processos de formação em serviço centrados na escola; implantação de experiências de inovação curricular. O ENEM é outro eixo mobilizador para diversas ações de melhoria da gestão escolar no Estado – preparação da documentação, processo de inscrição, criação do “Dia E”, fornecimento de materiais, simulados, aulas especiais, mais tempo de estudo, incentivos, esclarecimentos sobre o SISU, etc. No ensino médio integrado à educação profissional, as principais ações são: a criação da Rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional; a implantação do tempo integral; a criação



de um modelo de gestão específico (o “TESE”). Para finalizar, a palestrante frisou a importância dessas ações junto aos alunos, uma vez que esses jovens estão sempre dispostos a aproveitar todas as oportunidades que lhes são oferecidas, bastando que seja algo interessante para eles.

- Em 28 de maio de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença da Sra. **Ângela Fátima Soligo**, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), da Sra. **Silvia Maria Cintra da Silva**, da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), e da Sra. **Tânia Suely Azevedo Brasileiro**, do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A Sra. **Ângela Fátima Soligo**, da ABEP, discorreu sobre os problemas atuais do ensino médio, ressaltando que o atual modelo não atende às expectativas da maioria da juventude brasileira e é visto com desesperança pelos jovens. A Professora relatou que a atual organização do ensino médio não prepara adequadamente o aluno nem para a continuidade dos estudos, mediante o ingresso nas universidades, nem para o mundo do trabalho. Citou ainda que, no documento em que propõe o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), o MEC também reconhece existir uma distância entre o que se ensina na escola e o que o mundo do trabalho exige. Além desse distanciamento, a Sra. Ângela ressaltou ainda as críticas à atual organização curricular, que trata as disciplinas isoladamente, de modo fragmentado, provocando desinteresse por parte dos alunos, que não veem relação entre suas necessidades e o que lhes é ensinado. Como uma possível solução para o problema, a Professora sugere articular os conteúdos do ensino médio em eixos estruturantes, grandes áreas ou temas, e prover o currículo do ensino médio de atividades diversificadas e culturalmente enriquecedoras, que motivem os alunos ao estudo. Embora reconheça que essa organização já está estabelecida nas orientações curriculares divulgadas pelo MEC, a Sra. Soligo afirma que os sistemas educacionais não têm atendido a essas determinações. A palestrante teceu as mesmas considerações quanto às licenciaturas, que também estariam organizadas fragmentariamente em disciplinas e precisam igualmente ser revistas. Por fim, a Professora defendeu a volta da Psicologia como disciplina regular do ensino médio.

A Professora **Silvia Maria Cintra da Silva**, da ABRAPEE, também defendeu a inclusão da Psicologia como disciplina do ensino médio e enfatizou a importância da escola como um lugar onde o processo de “humanização” das pessoas pode se completar e que isso se daria pelo



A1F06D7B41

aprendizado da ciência em suas diversas formas. Segundo a palestrante, há espaço na escola de ensino médio tanto para o psicólogo, que é chamado apenas para resolver problemas com alunos, quanto para aquele que participa do planejamento pedagógico e do processo de humanização do aluno, uma vez que a escola é potencialmente um espaço para encontros interpessoais, ao ponto de alguns pesquisadores afirmarem que temos dois nascimentos – um biológico e outro na escola. A Professora apontou ainda que, nesse campo, a psicologia possibilita ao aluno um conhecimento mais profundo da realidade e as condições para transformá-la. Finalizando, a professora Silvia apresentou os principais pontos que a ABRAPEE defende para o ensino médio: possibilitar que o estudante se aproprie do conhecimento científico, permitindo-lhe conhecer e compreender o mundo, emancipar-se intelectualmente e transformar a realidade; buscar uma educação que promova a humanização dos alunos, trabalhando em seus conteúdos a relação indivíduo-sociedade, em termos de objetividade e subjetividade; lutar por um processo ensino-aprendizagem que promova o crescimento psicológico nos alunos nessa fase em que o conhecimento tecnológico é fundamental; defender uma escola que realmente prepare o aluno para se apropriar dos conhecimentos das várias ciências, uma escola que não separe o trabalho braçal do intelectual e que leve os jovens a refletir criticamente sobre a vida prática e a atuação profissional.

A Sra. **Tânia Suely Azevedo Brasileiro**, do CFP, inicialmente sintetizou as funções e atividades do Conselho Federal de Psicologia, passando a seguir a discorrer sobre o impacto das novas tecnologias da informação na personalidade dos alunos, frisando a necessidade de se promover a inclusão digital já na escola de ensino médio, usando os instrumentos da era tecnológica para formar cidadãos mais críticos e conscientes. Da mesma forma, a formação dos docentes e a organização da escola aos desafios tecnológicos atuais devem se adequar às necessidades atuais, de forma que os professores não só conheçam as novas tecnologias da informação como estejam preparados para utilizá-las adequadamente em sala de aula.

- Em 4 de junho de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença do Sr. **Roberto Geraldo de Paiva Dornas**, presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN).

O Sr. **Roberto Dornas** iniciou sua exposição informando que a CONFENEN representa hoje cerca de 44.000 estabelecimentos de ensino



no Brasil. A seguir, fez uma breve retrospectiva da organização do ensino médio desde o século XIX, destacando a dicotomia que esteve sempre presente nesse nível de ensino, qual seja a de ter um caráter terminativo, preparando seus alunos para o mercado de trabalho ou ser uma etapa propedêutica que formava para os estudos superiores. Já nessa época havia a ideia de que a educação para o trabalho tem menos valor que a preparação para a vida acadêmica, preconceito que persiste ainda hoje. No dizer dos anos 1900, o ensino técnico era “educação para o filho da lavadeira”. O resultado desse preconceito tem sido o dilema que atinge todos os jovens que ingressam no ensino médio: preparar-se para o mercado de trabalho ou para o ensino superior e, nesse caso, em qual curso? Quando o jovem quer ou precisa se engajar no mercado de trabalho e ter seus rendimentos essa dúvida se torna crucial e se soma à incerteza de se, uma vez tomada a opção do mercado de trabalho, ele poderá mais tarde retomar seus estudos. Se a organização da educação anterior aos anos 70 era ruim, ficou pior depois da LDB de 1971. A boa escola técnica ficou falha na formação profissional porque teve que abranger a formação acadêmica e a boa escola de educação geral teve que oferecer também uma formação técnica, uma mistura que prejudicava ambas. Com a Constituição de 1988, posteriormente detalhado com a LDB de 1996, tudo foi novamente englobado em um só ensino médio. Ainda assim persistem problemas, a atual LDB relaciona oito objetivos para o ensino médio, sem dizer como, quando e quem deve fazer o quê. A consequência é que as escolas de ensino médio se transformaram em meras preparatórias para o vestibular. Então, as soluções já tentadas foram: “só preparação para ingresso no ensino superior” (linha acadêmica); “só preparação profissional” (linha técnica); as duas ao mesmo tempo. Todas fracassaram, o que temos agora são escolas que se especializam em preparar os alunos para o ENEM. Temos então os seguintes defeitos do ensino médio: currículos repletos de conteúdos e disciplinas, estudando-se muito pouco de cada um; não atendimento do aluno em sua opção ou necessidade; dificuldade de retorno para aprofundamento ou outra preparação; avaliação externa do egresso (vestibular, ENEM) exigindo conhecimentos muito além do que seria necessário ao ensino médio. Para esse nível seria necessária a todos os alunos uma educação geral em matemática, língua portuguesa, uma língua estrangeira, física, química etc. e, se o jovem pretende entrar no mercado de trabalho, uma formação específica um contato com a realidade, algo como uma “escola da prática”. O currículo do ensino médio está sobrecarregado de disciplinas, forçando os alunos a “estudar pouco de muita coisa”. O ensino médio precisa voltar a ter uma boa formação geral, como previsto na atual LDB,



seguindo depois para uma preparação específica, por área. A parte geral seria uma base nacional comum, com cerca de 1.500 horas-aula e a parte específica teria cerca de 900 horas-aula, não computado o período de estágio.

- Em 25 de junho de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença da Sra. **Helena Wendel Abramo**, Coordenadora-Geral de Políticas Setoriais da Secretaria Nacional de Juventude.

A Sra. **Helena Abramo** afirmou que, por muito tempo, o ensino médio esteve fora das discussões de reformulação do ensino, mas que essa situação modificara-se recentemente devido às transformações na estrutura produtiva e nas relações de trabalho causadas, principalmente, pela revolução das tecnologias da comunicação e da informação. Com a nova configuração do campo produtivo, cresceu a importância da formação para o trabalho e a necessidade de se redefinirem as diferentes etapas dessa formação.

É certo que entre os anos de 2000 e 2010 o número de matrículas dobrou, ampliando o acesso ao ensino médio, mas a qualidade do ensino não melhorou. O ensino médio passa por uma crise de sentido junto aos jovens, que não encontram motivação para cursá-lo. Segundo a LDB, o ensino médio se deve ter uma tripla função formativa – para os estudos, para a cidadania e para o trabalho – mas, na prática, essa meta não é alcançada e o ensino médio tornou-se apenas uma etapa de passagem para o ensino superior, com uma alta taxa de evasão. Dentro do seu campo de atuação, a Secretaria Nacional da Juventude tem estudado esses problemas do ponto de vista do jovem e de seu percurso de formação e de inclusão social. Mesmo sendo bastante grande o percentual de jovens que pretendem continuar os estudos no nível superior, muitos ainda querem ter uma boa formação profissional – que o atual ensino médio não tem oferecido.

Ressaltando que cabe ao Estado garantir os mecanismos e as condições para atender a essa demanda, a palestrante propôs que se criem modalidades de assistência estudantil com vistas à permanência do aluno do ensino médio na escola, como bolsas, auxílios financeiros e similares. Além disso, como a escola não pode se constituir em um espaço separado da vida social mais ampla, precisa utilizar mais intensamente as tecnologias da comunicação e da informação, oferecendo aporte para a inserção dos jovens nessas esferas.



- Em 13 de agosto de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença do Sr. **Simon Schwartzman**, cientista político, sociólogo e pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

O Sr. **Simon Schwartzman** afirmou que, no Brasil, o ensino médio é um problema de longo prazo, que não será resolvido somente com mudanças na legislação, uma vez que resulta de diversos outros fatores. São problemas advindos das características dos estudantes, que chegam ao ensino médio despreparados e com limitações de desenvolvimento intelectual. São problemas de recursos, de infraestrutura e gerência das escolas, problemas de carência e má formação dos professores, do currículo sobrecarregado e mal estruturado e problemas advindos do ENEM como exame único de qualificação ao final do ensino médio. Em relação ao cenário atual deste nível de ensino, o pesquisador ressaltou que 40% da população não concluem o ensino médio ou o concluem tardiamente; os alunos entram no ensino médio com muitas deficiências e não conseguem acompanhar o currículo; nas redes estaduais, 35% dos alunos estão em escolas noturnas, principalmente por falta de instalações; os professores são poucos e mal formados, especialmente para as disciplinas mais técnicas e científicas; o currículo obrigatório é obsoleto, sobrecarregado, formal e não reconhece as diferenças e a necessidade de escolhas dos alunos. Como consequência desses problemas, o ensino profissional quase não se desenvolve. O palestrante apresentou, então, dados sobre o ensino médio em outras nações. Segundo ele, não é uma solução fácil, pois em todo o mundo o ensino médio é muito complicado e todos os países enfrentam problemas com esse nível de ensino. Em outros países, geralmente aos 15 anos os alunos podem optar por cursos mais acadêmicos ou mais profissionais. Dentro dos programas mais acadêmicos, fazem a escolha de sua área de estudo e se aprofundam em alguns temas, como ciências naturais, ciências sociais, humanidades. As escolas se especializam dentro de cada área, como na Europa, ou oferecem várias opções de formação, como nos Estados Unidos. O ensino profissional é dado em instituições especializadas, ligadas ao setor produtivo e profissional, os alunos são dispensados dos currículos mais acadêmicos e o ensino da linguagem, matemática e ciência é fortemente associado à prática. Há, nesses países, sistemas de certificação diferenciada de formação no ensino médio, segundo as opções dos alunos. O Brasil, contrariamente a essa tendência mundial, comete diversos equívocos: não há opções no ensino médio, todos devem seguir o mesmo currículo; a formação profissional não é uma alternativa, mas uma



formação adicional ao currículo acadêmico e o ENEM, como certificação única do ensino médio, impede que as escolas e os alunos façam opções – todos têm que estudar tudo. Algumas concepções equivocadas têm dificultado a discussão desses entraves ao nosso ensino médio. Primeiramente, a ideia da “politecnia”, a tese de que todos podem obter a mesma educação, unificando a formação mais profissional e técnica à formação mais acadêmica. Na verdade, é uma utopia que termina por prejudicar e impedir a formação profissional. Em segundo lugar, a ideia da interdisciplinaridade – a ideia de que se pode ensinar ciências em geral, quando na verdade o que existem são áreas específicas do conhecimento, que precisam ser aprendidas em disciplinas e trabalhos específicos. Por fim, há ainda os preconceitos contra a formação para o trabalho, como se a preparação para atividades produtivas impedisse a “formação crítica” do pensamento. A seguir, o Sr. Schwartzman apresentou diversas propostas específicas de mudanças na legislação. Em relação ao currículo, sugeriu criar a possibilidade de que os alunos optem entre diferentes linhas de estudo – técnico-científica, ciências sociais, humanidades e formação profissional – mantendo as exigências de uma boa formação para todos em português, matemática e inglês, desde que associada ao uso e à prática. Dentro de cada linha de estudo deverá haver não mais do que três disciplinas, ao longo de três anos. A quantidade de aulas formais deverá ser reduzida, aumentando o tempo para estudos, trabalhos práticos e apresentações. Quanto à organização institucional, as escolas e redes de ensino médio deverão escolher as áreas de especialização que podem oferecer, dando aos alunos a possibilidade de escolher a instituição de ensino de acordo com a formação que desejar. O ensino técnico deverá ser feito em parceria com o setor produtivo, combinando formação geral com experiências práticas. Para tal, é importante estabelecer e fortalecer parcerias com escolas privadas e o Sistema S. Dentre as opções a serem oferecidas, não se pode esquecer de criar escolas e possibilidades de estudo para estudantes de alto desempenho. Na área da certificação e avaliação, o atual ENEM precisa ser alterado, criando um leque de opções no qual os estudantes sejam avaliados dentro de suas áreas de escolha – ciências biológicas, ciências exatas, ciências sociais, humanidades – e mantendo para todos um exame de competência geral no uso da língua e raciocínio lógico e matemático, na linha do SAT americano. Deverá também ser criado um sistema de certificação profissional para as principais carreiras técnico-profissionais de nível médio. Independente de se pelo ENEM ou se por uma certificação profissional, todos os certificados de nível médio deverão qualificar os alunos para o ensino superior, cabendo às universidades decidir se manterão seus exames



próprios e que qualificações preferem para seus cursos. O palestrante lembrou que há riscos e problemas nas mudanças propostas, uma vez que muitas escolas terão dificuldade em desenvolver opções, sobretudo nas pequenas cidades. É preciso não abandonar o ensino das competências gerais – linguagem, matemática – sobretudo no ensino técnico e profissional e, ao mesmo tempo, não transformar a opção técnico-profissional dos alunos em becos sem saída. Todos devem ter a oportunidade de continuar estudando e o ensino superior deve estar preparado para responder a esta demanda diferenciada.

- Em 21 de agosto de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença do Sr. **Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante**.

O **Ministro Aloizio Mercadante** discorreu sobre os desafios que enfrenta o ensino médio no Brasil. Para contextualizar sua exposição, o Senhor Ministro traçou um panorama das ações do Ministério da Educação para a educação básica. Segundo o Censo da Educação Básica de 2012, há 7.295.512 crianças na educação infantil. Visando atingir a meta de atender cem por cento das crianças em creches e pré-escolas até 2016, as prioridades do MEC têm sido a construção de creches e pré-escolas, a participação na ação Brasil Carinhoso e os entendimentos junto aos sistemas educacionais no sentido de se fazer cumprir a obrigatoriedade da matrícula a partir dos quatro anos de idade. Para tal, o MEC antecipou o repasse do FUNDEB para novas vagas em todas as creches municipais, aumentou em 66,7% o valor da merenda escolar para as creches e pré-escolas e aumentou em 50% o valor do FUNDEB para as crianças de zero a três anos de idade do Programa Bolsa Família matriculadas em creches. Para acelerar a construção das novas creches e pré-escolas, o MEC desenvolveu três métodos construtivos que usam fibra de vidro, PVC ou estruturas metálicas, mediante os quais já foram entregues 1.129 unidades escolares, 2.673 estão em construção e 3.000 outras estão em processo de contratação da construção, devendo ser entregues até 2016. O segundo grande projeto em execução no MEC para a educação básica é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que tem como objetivo alfabetizar em língua portuguesa e em matemática todas as crianças de até 8 anos de idade até o final do 3º ano do ensino fundamental. O Ministro informou que, de um total de mais de 29 milhões de alunos da educação básica, há cerca de 8 milhões matriculados nas séries iniciais no ensino fundamental e que o Pacto conta com a adesão de 27 Estados e 5.393 Municípios e está promovendo a formação continuada de 308.803 professores, de um universo de 358.885 docentes das séries iniciais, em cursos de 200 horas



A1F06D7B41

ministrados em 38 universidades públicas. O Pacto também distribuiu 60 milhões de livros didáticos, jogos pedagógicos e obras literárias para alunos dos primeiros anos do ensino fundamental. Outro programa que irá melhorar as condições do ensino médio é o Mais Educação, que proporciona jornadas escolares de sete ou mais horas para mais de 49 mil escolas do ensino fundamental. Nas atividades do contraturno, essas escolas enfatizam o reforço pedagógico de matemática, português e ciências. O Senhor Ministro destacou, ainda, que o principal benefício dos programas de melhoria da educação infantil e do ensino fundamental é melhorar o fluxo e a qualificação dos alunos que ingressarão no ensino médio. Passando a apresentar dados sobre o ensino médio, o palestrante apontou que a quantidade de matrículas cresceu mais de 120% nos últimos 11 anos, passando de 3.772.698 matrículas, em 1991, para 8.376.852 matrículas, em 2012, como resultado de um grande esforço das secretarias estaduais, que concorreram com mais de 5 milhões de novas matrículas na rede pública de ensino. Entretanto, o Ministro Mercadante admitiu que a qualidade de ensino desse nível não acompanhou o crescimento das matrículas, mostrando, por meio de dados demográficos, que há ainda cerca de 3,5 milhões de jovens de 15 a 17 anos no ensino fundamental, denotando uma forte distorção idade-série que representa um grande desafio a ser superado. Segundo o palestrante, o ensino médio é o maior desafio do ensino brasileiro, mas já houve avanços nos últimos anos. O primeiro deles foi sua inclusão no FUNDEB, fundo que significa um aporte de mais de R\$ 116 bilhões para a educação em 2013. A partir da criação do FUNDEB, os recursos do Salário Educação e diversos programas também passaram a beneficiar o ensino médio: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a Biblioteca Escolar. Além de financiar o ensino médio com esses recursos, o MEC realizou nos últimos anos diversas ações estruturantes que abrangem esse nível de ensino: o Programa Brasil Profissionalizado; o Plano de Ações Articuladas; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR); ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a criação do Pronatec. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passou a ser forma de acesso para o ProUni, SiSU, FIES e Ciência sem Fronteiras e teve este ano 7.173.574 alunos inscritos em 1.632 municípios, quase a totalidade dos concluintes do ensino médio. O ENEM representa também uma grande esperança para os egressos das escolas públicas no sentido de conseguir



ingressar na universidade, uma vez que mediante esse exame concorrem a 25% das vagas disponíveis. Como alternativa aos que não querem ou não conseguiram entrar em uma universidade, o MEC vem promovendo a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que teve 734.665 matrículas em 2012, e do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que, neste ano de 2013, já ofereceu 4 milhões de matrículas. O MEC também está em negociação com Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) para pactuar um Compromisso Nacional pelo Ensino Médio, que tratará da ampliação de algumas ações existentes e da implementação de diversas outras, que dependem de disponibilidade orçamentária em 2014. Estão em discussão: o Programa Nacional de Professores Visitantes na Educação Básica, que visa assegurar a oferta de professores em regiões e municípios com carência de professores nas disciplinas que forem necessárias, em especial matemática, física, química e inglês; o Curso de Formação Continuada, destinado a professores da rede pública de ensino médio, com desenvolvimento de material específico para a formação e concessão de bolsa aos professores e orientadores de estudos das escolas, coordenadores regionais das formações, coordenadores das secretarias de educação estaduais e docentes das universidades; a constituição da Universidade do Professor, que representa uma articulação da rede de programas já existentes no âmbito da formação inicial e continuada – Parfor, Prouni, UAB e FIES; a ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) para 75 mil bolsas em 2013, privilegiando a formação para o ensino médio e incluindo estudantes do Prouni e Fies. Outra ação prioritária é a escola em tempo integral, que tem sido objeto de parcerias com os Estados para a reforma ou construção de novas escolas para oferta de ensino médio em tempo integral, priorizando os municípios com maior número de matrículas no noturno e oferta diurna insuficiente, tendo como metas a adesão de 5.000 escolas, em 2013, e 10.000 escolas, em 2014. O Redesenho Curricular é também tema das negociações entre o MEC e o CONSED e visa organizar a base nacional do currículo do ensino médio em consonância com os parâmetros do ENEM. O Programa Nacional de Adequação de Idade/Ano Escolar para jovens de 15 a 17 anos retidos no ensino fundamental visa à redução da distorção idade/ano em escolas de ensino fundamental que tenham jornada ampliada. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi adequado às novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e à matriz do ENEM, recebendo produção em meio impresso e digital. A educação digital é outra ação que está em curso com a



distribuição de *tablets* e outras tecnologias. Foram adquiridos 436.626 *tablets* que permitem o acesso a livros didáticos em PDF para os professores, “educopédias” e mais de 2.000 objetos pedagógicos. Para a capacitação, há cursos de extensão e especialização, que já contam com mais de 55 mil matrículas. A infraestrutura digital das escolas já conta com mais de 102 mil laboratórios Proinfo instalados e, a partir de 2014, o MEC passará a implantar “Estações Tecnológicas” nas escolas, compostas por um computador Proinfo, um projetor interativo, um *notebook*, dez *tablets* e dez *laptops* educacionais e um *media center* para acesso, distribuição e gerenciamento de conteúdos via rede internet. Para motivar o aperfeiçoamento dos estudantes nas disciplinas do ensino médio, particularmente nas disciplinas química, física, biologia e matemática, em 2014 serão distribuídos *kits* de pesquisa científica e cerca de cem mil bolsas de iniciação à docência júnior e iniciação científica júnior para estudantes do ensino médio. Ainda dentro do Compromisso Nacional pelo Ensino Médio, o MEC está ampliando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os acordos de gratuidade com o Sistema S e os programas Pronatec e Sisutec. Outro ponto importante do Compromisso é o trabalho conjunto do MEC e das secretarias estaduais para tornar o ENEM universal para todos os concluintes do ensino médio. O Senhor Ministro passou a relacionar as ações do MEC para a educação superior, citando a expansão da Rede Federal de Educação Superior, o Sistema de Seleção Unificado (SiSU), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Ciência sem Fronteiras e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e Tutoria Acadêmica para os alunos cotistas. Para finalizar, o palestrante destacou a evolução do orçamento do Ministério da Educação, que passou de 33 bilhões, em 2003, para 98 bilhões, em 2013, enfatizando a necessidade de se continuar a priorizar o orçamento para a educação, em vista dos grandes desafios a serem vencidos.

- Em 3 de setembro de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença da Professora **Selene Barboza Michielin Rodrigues**, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A Professora **Selene Michielin Rodrigues** tratou dos problemas que têm prejudicado o ensino médio. Citou como primeiro “gargalo” do ensino médio a pequena expansão das matrículas por ano nesse nível de ensino, muito aquém do que seria necessário. Como uma das prováveis causas, a representante da CNTE apontou a atual configuração do ensino médio, que não



atrai os jovens. A palestrante defendeu a implantação da educação integral nesse nível de ensino, associando os conteúdos voltados para a profissionalização aos humanísticos e científicos, e dirigida para a formação de um jovem que seja também um cidadão. O segundo “gargalo” apontado pela palestrante foi a falta de infraestrutura das escolas – bibliotecas, laboratórios, centros de lazer, áreas culturais – necessárias a um ensino médio com educação integral. Como terceiro “gargalo”, a palestrante registrou os problemas com o corpo docente. Segundo ela, toda a formação dos professores precisa ser atualizada, desde os currículos das licenciaturas até os programas de formação continuada. À essa deficiência formativa somam-se os problemas decorrentes da falta de definição da carreira, da jornada de trabalho e da remuneração do professor. Esta última, em especial, precisa ser revista, não pela via de se conceder bônus aos professores, mas implantando um piso salarial e destinando um terço da carga horária para a preparação das aulas. Em relação ao financiamento do ensino médio, a Sra. Selene elogiou a criação do FUNDEB, mas ressaltou a necessidade de se rever e aumentar o patamar do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), colocando-o no nível comparável do que é gasto nos IFET, que são centros de excelência no ensino médio. Por fim, a palestrante apontou a gestão democrática como outro ponto importante a ser tratado, frisando que a mesma não se restringe à eleição da direção da escola, mas precisa abranger a criação e atuação dos conselhos escolares. Como proposta, a palestrante sugeriu que, dentro dos parâmetros legais, se incentivasse a inserção e a participação dos pais de alunos nos conselhos escolares e que se delegasse à comunidade escolar a discussão do currículo, ressaltando que, para isso, seria preciso reduzir a interferência das secretarias estaduais de educação no processo de gestão democrática.

- Em 10 de setembro de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença do Sr. **José Antonio Küller**, representante da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO).

O Sr. **José Antônio Küller** iniciou sua explanação relacionando alguns estudos que a UNESCO vem desenvolvendo com o intuito de auxiliar as escolas na implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: “Estar no Papel”: Estudo que reúne cartas em que jovens descrevem suas expectativas do ensino médio; “Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração”: Um estudo de caso de políticas públicas de ensino médio integrado realizado em 2006 e um debate realizado com



especialistas sobre esse tema em 2007; “Currículo integrado de Ensino Médio: da norma às práticas transformadoras”: Estudo sobre o currículo do ensino médio e ensino médio integrado à educação profissional, realizado entre 2010 e 2011; e “Ensino médio: proposições para inclusão e diversidade”.

Informando que sua exposição estava baseada principalmente nos dados dos dois últimos estudos, o palestrante apontou os grandes problemas do nosso ensino médio: A grande taxa de evasão observada em todo o país; o baixo nível de conhecimento dos concluintes do ensino médio, conforme evidenciam os dados das avaliações oficiais; a falta de interesse dos alunos pela escola de ensino médio; a inflexibilidade da oferta de ensino médio, que não contempla a heterogeneidade dos sujeitos, características e interesses dos estudantes e, principalmente, um currículo: fragmentado, descontextualizado, desarticulado dos interesses dos alunos. Em função desses problemas, os desafios que precisam ser enfrentados no ensino médio em relação ao currículo são: desenhar e implantar um currículo que efetivamente prepare para a vida, para o trabalho e o exercício da cidadania; flexibilizar o currículo, atendendo às necessidades sociais e o interesse dos estudantes; criar mecanismos para possibilitar o protagonismo dos estudantes na formulação, execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola para que sejam responsáveis por sua formação e seu projeto de futuro; criar mecanismos que apoiem a construção e o desenvolvimento do currículo pelo coletivo da escola; propor mecanismos de integração curricular que possam ser praticados pelas escolas; e criar estratégias de promoção da autonomia intelectual do estudante. O estudo sobre currículo do ensino médio realizado em 2010-2011 teve como objetivo contribuir para superar estes desafios junto aos gestores e profissionais da educação dos sistemas públicos, visando uma educação de qualidade, mediante a elaboração de duas propostas curriculares, denominadas “protótipos” no documento, porque são propostas a serem discutidas e trabalhadas antes de sua implantação nas escolas: um protótipo curricular de ensino médio orientado para o mundo do trabalho e as demais práticas sociais e um protótipo curricular de ensino médio integrado com a educação profissional de nível técnico. O protótipo curricular orientado para o mundo do trabalho e práticas sociais, com o caráter de formação geral, visou atingir as finalidades do ensino médio previstas na LDB, em um curso de três anos, articulando em cada ano o aprendizado nas áreas de Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Matemática com atividades em um Núcleo de Educação para o



Trabalho e demais Práticas Sociais. No protótipo curricular de ensino médio integrado com a educação profissional de nível técnico, procurou-se trabalhar com projetos relacionados ao eixo tecnológico e à habilitação profissional, utilizando-se, no primeiro ano, tanto a escola como a moradia dos estudantes como ambientes de aprendizagem. O segundo ano foi dedicado a ações comunitárias e o terceiro ano para o aprendizado da vida em sociedade. Em ambos os protótipos, o ensino foi orientado para as mesmas áreas do Ensino Médio, com os mesmos objetivos de aprendizagem.

- Em 24 de setembro de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença da Sra. **Marilza Regattieri**, pesquisadora da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO).

A Sra. **Marilza Regattieri** iniciou sua explanação relacionando alguns estudos que a UNESCO desenvolveu acerca dos desafios do ensino médio. As transformações da sociedade, da economia e do mundo do trabalho pressionam as escolas de ensino médio para o uso de novas abordagens de ensino, que já não conseguem preparar os jovens adequadamente para a educação superior. Com o enfraquecimento das instituições tradicionais, tais como a família ou as organizações religiosas, que se encontram cada vez menos em posição de garantir apoio às gerações jovens, é necessário encorajar a transição da cultura de dependência para a cultura da autonomia. Além disso, a inclusão de numerosas disciplinas no ensino médio provocou uma sobrecarga curricular que parece ter reforçado nos alunos o hábito prejudicial de apenas memorizar os conteúdos e lhes dificulta entender as relações entre essas disciplinas e o currículo. É necessário transmitir, de maneira holística, os conhecimentos, habilidades e atitudes que permitirão aos jovens atuarem de maneira eficaz no trabalho e na vida, especialmente, para que sejam capazes de enfrentar os paradoxos, conflitos e mudanças ao longo da vida. Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o ensino médio tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o aprimoramento do educando como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, mas não será possível atingi-los sem vencer alguns desafios centrais: Superar a inadequação curricular, cuja formulação e implantação, em sua maioria, além de não levar em consideração a realidade e expectativa dos jovens, não os prepara para uma vida em sociedade, nem para prosseguimento de estudos



posteriores, nem para inserção no mundo do trabalho. Viabilizar as condições reais e concretas para efetivar esta mudança curricular, exigindo uma aproximação e atuação conjunta entre escolas e Secretarias de Educação e entre estas e as Instituições formadoras dos professores. Para vencer esses desafios, algumas medidas precisam ser tomadas: Estimular a diversidade de ofertas de ensino médio, para que contemple a heterogeneidade dos sujeitos, mediante tratamento e estratégias flexíveis e com tempos apropriados, em diferentes períodos do dia, com adequação às diferenças de idade, condições de vida e de trabalho, às características, expectativas e interesses dos estudantes. Estimular alternativas de currículos concebidos com flexibilidade e com ênfases e percursos variados que permitam itinerários formativos diversificados, para melhor responder à heterogeneidade e pluralidade de necessidades, potencialidades e anseios e aspirações dos jovens estudantes. Ter como pressupostos de toda proposta curricular do ensino médio o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes, valores e capacidades básicas para o exercício de todo e qualquer tipo de trabalho, efetivando a integração da formação geral com a educação profissional no sentido lato sensu. Ouvir os estudantes e propiciar-lhes condições concretas de atuação como protagonistas na formulação, execução, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico da escola, para que sejam responsáveis por sua formação e por seu projeto de futuro. Viabilizar a adoção de estratégias metodológicas ativas que levem o aluno a aprender a aprender. Isto implica propor situações de pesquisa e aprendizagem que mobilizem, articulem, integrem e ampliem os recursos cognitivos fundamentais para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.

Medidas a serem fortalecidas ou implementadas. Enfrentar a necessidade de rever o conteúdo do currículo do ensino médio, que historicamente passou a cumprir os programas dos vestibulares, tornou-se esvaziado de sentido, inchado, sem tempo para desenvolvimento de projetos e de atividades de caráter mais prático, de trabalhos de campo, visitas a espaços informais de educação, e outras tantas possibilidades que conferem cor e sabor a uma escola feita para jovens. Estabelecer interlocução e negociação com as instituições de ensino superior, visando à construção de propostas curriculares para os cursos e programas de formação inicial de professores que os preparem para as múltiplas e diversificadas exigências de atuação na educação básica. Além de todas essas ações, também é fundamental articular a cooperação para promover a valorização profissional dos professores, nos aspectos de jornada,



A1F06D7B41

condições de trabalho, remuneração e formação – seja a inicial, seja a continuada e em serviço, referida ao projeto pedagógico da escola, assim como fortalecer e rever o papel dos órgãos intermediários das Secretarias de Educação, principalmente no que se refere ao acompanhamento e ao apoio pedagógico às escolas, não restritos a ações burocráticas.

- Em 1º de outubro de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença da Sra. **Priscila Fonseca da Cruz**, Diretora-Executiva do Movimento Todos pela Educação.

A Sra. **Priscila Fonseca da Cruz** apresentou à Comissão suas contribuições para a reformulação do ensino médio brasileiro. Traçando um diagnóstico desse nível de ensino, a palestrante destacou que a taxa bruta de matrícula evoluiu para cem por cento até 2008, sofrendo depois uma queda que não é explicada pela curva demográfica desse mesmo período, levantando a suspeita de que o ensino médio não tem conseguido fixar o jovem na escola. A taxa de matrícula líquida apresentou um crescimento de 0,1 ponto por ano, provavelmente devido à busca pela melhora do fluxo induzida pela busca de melhores pontuações no IDEB, mas ainda é um avanço muito tímido em relação ao resultado desejável. Não há, também, diferenças significativas na evolução das notas do IDEB entre as regiões geográficas brasileiras no período entre 2005 e 2011. Nenhuma região nem Estado ocupa lugar de destaque nos resultados do ensino médio. O ensino médio está em crise. Não houve avanços nos últimos anos. Apesar de os recursos aplicados nesse nível de ensino terem quase duplicado, continuamos com baixos níveis aprendizagem. Na matemática, de 1999 a 2011, a média do percentual de alunos com aprendizagem adequada continua praticamente a mesma, variando entre 9% e 11%. Em língua portuguesa, obtivemos apenas 29% dos alunos com aprendizagem adequada em 2011. Esses resultados estão entre um terço e metade do desempenho da meta do IDEB para 2011 e muito mais distantes da meta para 2022. Embora ainda não se saiba claramente que ações pôr em prática para corrigir essa distorção, é necessário, no mínimo, dar maior apoio a quem teve os piores resultados, de forma a diminuir as desigualdades entre os Estados. É preciso combater a inércia negativa que faz o desempenho em Alagoas, por exemplo, além de ser um dos piores no IDEB, estar caindo. Os resultados ruins vêm acontecendo, apesar dos esforços que muitos sistemas educacionais vêm despendendo, e a razão é que há diversos entraves no desenho do nosso ensino médio. O primeiro desses entraves é que, diferente de outros países, o nosso ensino médio possui uma



A1F06D7B41

carga horária muito baixa. Enquanto nos países da OCDE a média de horas-aula diárias é de 6 horas, no Brasil é de 4,3 horas, conforme declarado nos censos. Se considerarmos o desperdício de tempo em recreios estendidos, atrasos para iniciar a aula etc., essa média cai para quase 3 horas. O segundo entrave é o baixo aproveitamento no ensino fundamental II. Como a formação do aluno se dá continuamente ao longo dos níveis e ciclos, não dá pra falar do ensino médio sem falar do ensino fundamental II. Apenas 65% dos alunos completam esse ciclo até os 16 anos e seus ganhos de aprendizagem desaceleram em relação ao ensino fundamental I. O aluno chega ao ensino médio com muita defasagem de aprendizagem e é muito difícil para os professores desenvolverem os conteúdos. Na matemática, especificamente, há uma inércia muito grande, apenas 17% dos alunos que concluem o ensino fundamental aprenderam adequadamente os conteúdos e esse percentual cai para 10% no final do ensino médio. A Sra. Priscila ressaltou que o IDEB tem auxiliado na redução dessa defasagem. Não houve avanços de 2009 para 2011 como houve de 2007 para 2009, quando foi lançado o IDEB no ensino fundamental II. Outro entrave é a altíssima oferta de ensino médio noturno: 35% dos estudantes estão matriculados nesse turno, que deveria ser utilizado apenas em casos excepcionais. Uma das características do ensino médio noturno é o baixo aproveitamento. Os alunos chegam cansados, há mais faltas entre os professores e alunos, além desse turno apresentar altos índices de desistência. A formação docente é mais um entrave. Nos cursos de pedagogia e licenciaturas não são adquiridas as competências específicas para o exercício do magistério e a qualificação dos professores é baixa. A formação de 80% desses professores acontece na rede privada, muitos no ensino a distância, o que é muito questionável uma vez que a docência é uma profissão essencialmente prática. Há um déficit de professores com formação adequada para certas áreas, principalmente em matérias relacionadas às ciências exatas. Apenas 64% dos professores de matemática possuem o diploma de licenciatura nessa disciplina. A organização curricular é o coração do ensino médio e tem sido outro entrave. Se o currículo não for modificado, não conseguiremos fazer a diferença. São treze disciplinas obrigatórias em menos de quatro horas de aula, sem pragmatismo, sem foco. O descolamento da vida do jovem da escola é enorme. Estudos recentes demonstram que a escola não faz mais parte da vida do jovem. No ensino médio profissional, o número de disciplinas chega a dezenove, o que é excessivo e não existe em nenhum lugar do mundo. Só no Brasil temos esse modelo de treze disciplinas unificado, um ensino médio inchado, sem tempo, que não tem conseguido avançar nos resultados, apesar



dos investimentos e esforços. Além do currículo sobrecarregado e desvinculado da realidade do aluno, a forma de transmissão dos conteúdos é muito tradicional, antiquada. Outro ponto a ser trabalhado é o ENEM, que havia sido inicialmente concebido como um sistema de aferição do padrão de qualidade do ensino médio. Em 2009, o ENEM teve seus objetivos ampliados, alterando seu formato original e assumindo três finalidades: a avaliação do ensino médio, com o objetivo de subsidiar políticas públicas; uma certificação para aqueles que estão fora do sistema escolar, como mecanismo para aferir conhecimentos; e uma avaliação classificatória para ingresso no ensino superior. A partir daí, todo o sistema de ensino médio passou a se organizar para preparar seus alunos para o ENEM. Hoje, esse exame tem todas as possibilidades técnicas para ser o grande indutor de mudança curricular. Sua alteração deve ser a primeira ação a ser tomada para desencadear a reformulação do ensino médio, devendo ser reformatado para uma avaliação por áreas, na qual o aluno escolhe sua área quando for prestar o exame. Não é uma mudança tecnicamente difícil e induzirá os sistemas educacionais a criar um ensino médio diversificado, flexível. Essa alteração é muito importante, porque atual forma de conduzir o ensino médio é um modelo que já se esgotou há dez anos, desde que paramos de avançar nesse nível. O ensino médio técnico profissionalizante é outro entrave que está novamente deixando o Brasil entre os piores. O Pronatec é uma esperança grande, mas tem que avançar muito. Somente 15% dos jovens que terminam o ensino médio ingressam na universidade e o ensino técnico profissionalizante é o que pode dar a esses alunos motivação para continuarem seus estudos. No Brasil, quem faz ensino superior é mais valorizado, todo mundo tem que ser doutor. Isso tem que acabar, as profissões de nível médio têm que ser valorizadas. Para uma ampla reformulação do ensino médio, adequada às reais necessidades, cinco fatores devem ser levados em consideração. Em primeiro lugar, verificar em que medida existem as condições mínimas para as escolas melhorarem seus resultados. Avaliar se, mesmo nas melhores condições, a atual proposta do ensino médio é pertinente, com seu currículo “enciclopédico” e o predomínio das práticas de memorização. Levar em consideração a diversidade de propósitos do ensino médio, que é uma etapa de diversificação, experimentação da vocação, do projeto de vida, de aplicar o que já se aprendeu. É, ao contrário do ensino fundamental, uma etapa de consolidação do aprendizado. Levar também em consideração a diversidade de alunos que chegam até ele (ensino médio), com lacunas geralmente graves de formação anterior. Examinar em profundidade a possibilidade de oferecer um leque de opções formativas que seja compatível



com os diferentes objetivos e públicos. Considerando esses cinco fatores, os caminhos possíveis para o ensino médio passam por quatro linhas fundamentais, que têm um grande poder de mudança imediata: currículo; carga horária; ENEM; e tecnologias na educação. O currículo precisa ser repensado, é preciso flexibilizá-lo e modernizá-lo ao mesmo tempo, abrindo espaço para diversificação de ofertas e escolhas por parte dos alunos. Não se pode ter o mesmo ensino médio para todos os jovens brasileiros. O núcleo de disciplinas obrigatórias tem que ser revisto, mantendo um currículo mínimo em português e matemática, à luz das necessidades de nossa sociedade – e não o que temos atualmente. A carga horária atual precisa ser ampliada. Não dá para trabalhar por projeto e diversificar sem aumentar a carga horária; esse modelo diversificado necessita de mais horas para ser desenvolvido. O ENEM tem que ser o indutor da mudança, deve ser flexibilizado e oferecer diferentes especialidades e formatos, sempre focando na opção do aluno e na ponderação por áreas. As tecnologias (da informação) também são essenciais no ensino médio. Não existe área no Brasil, no mundo desenvolvido, em que o jovem possa atuar e em que não lhe seja exigido o domínio da tecnologia. Um bom uso das tecnologias em sala de aula permite que cada aluno faça seu itinerário formativo e possibilita ao professor o acompanhamento e a avaliação desse processo. O ensino médio tem que estar imerso neste novo mundo.

- Em 22 de outubro de 2013, foi realizada Audiência Pública com a presença do Professor **Antonio Ibañez Ruiz**, ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), e com os Professores **Pedro Paulo Cipreste e Ronaldo Marchezini**, do Programa de Ensino da Física (Pró-física), do CEFET de Minas Gerais.

O Professor **Antonio Ibañez Ruiz** elencou, como desafios para o ensino médio, o currículo, a valorização dos profissionais da educação, a falta de professores, o ensino noturno (incluindo a educação profissional e a educação de jovens e adultos), a integração com a educação profissional e a avaliação. O palestrante trouxe dados importantes sobre o ensino médio noturno, como a taxa de aprovação – 64,2%, taxa de repetência – 18,0% e taxa de evasão – 18,0%, comparando esta última com a taxa de evasão do ensino médio diurno, que é de 6,0%. Segundo os dados apresentados, quase 65 % dos alunos aprovados na primeira série do ensino médio noturno, em 2011, tinham menos de 17 anos, ou seja, estavam na idade certa ou com defasagem de, no máximo, dois



anos. O professor propôs que, a partir de 2016, os alunos com até dois anos de defasagem fossem matriculados no ensino médio noturno regular e que os alunos com mais de dois anos de defasagem fossem matriculados no ensino médio noturno integrado à educação profissional, na modalidade da educação de jovens e adultos. A cada 800 h de estudo, o aluno teria direito a um certificado de qualificação profissional, relativo ao itinerário do curso técnico em que realizou a matrícula. Em relação ao ensino médio integrado à educação profissional, o Professor Ibañez observou que existe uma queixa acerca da duração dos cursos, que poderiam ser oferecidos em escola de tempo integral, a exemplo de algumas unidades da federação, podendo ser reduzida a três anos. Acerca do currículo, o palestrante ressaltou a importância de se manter a organização por área do conhecimento, conforme propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, e de se aprender a trabalhar a interdisciplinaridade, a teoria e a prática, a realização de pesquisa em sala de aula, a elaboração de projetos multidisciplinares e interdisciplinares e a preparação para o mundo do trabalho. Em relação à valorização dos profissionais da educação, especificamente no caso dos professores do ensino médio, a formação deve ter por base a pesquisa, como princípio pedagógico; devem ser oferecida a oportunidade de realização de cursos de formação continuada e de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado, mestrado profissional, doutorado e pós-doutorado; a progressão na carreira docente deve se dar mediante avaliação do conhecimento e da produção acadêmica; o salário deve ser compatível com a função de professor e a jornada de trabalho compatível com o trabalho acadêmico, em regime de dedicação exclusiva. No tocante à falta de professores, o Professor Ibañez mencionou um trabalho realizado em 2006 pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e pelo INEP que quantificou a falta de professores por disciplina para o ensino médio e fundamental e trazia propostas emergenciais e estruturais para o problema. Dentre as propostas emergenciais estão: a contratação de profissionais liberais como docentes; o aproveitamento de alunos de licenciaturas como docentes; a concessão de bolsas de estudo para alunos carentes em rede privada; incentivo ao retardamento das aposentadorias dos professores em exercício; incentivo a professores aposentados para o retorno à atividade docente; a contratação de professores estrangeiros em disciplinas específicas; e o uso complementar de telessalas na formação dos professores. Dentre as propostas estruturais estão: a formação de professores mediante licenciaturas polivalentes; a estruturação de currículos envolvendo a formação pedagógica; a instituição de programas de incentivo às licenciaturas; a criação de



bolsas de incentivo à docência; instituição de critério de qualidade na formação de professores mediante a educação a distância; integração da educação básica e o ensino superior; e incentivo ao professor universitário dedicado à educação básica. Por fim, o palestrante argumentou que a avaliação no ensino médio deveria ser feita com base em todas as finalidades desse nível de ensino, enunciadas no art. 35 da LDB, e não somente na consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos (inciso I do art. 35 da LDB). É necessário considerar as outras finalidades para se falar em avaliação do ensino médio.

Os Professores **Pedro Paulo Cipreste e Ronaldo Marchezini** apresentaram o método Pró-física de ensino para o ensino médio. O método foi gerado a partir de uma demanda de formação de professores de física da rede estadual de ensino. Um grupo de professores do CEFET de Minas Gerais desenvolveu o ferramental para ministrar o curso aos professores das escolas de ensino médio. O método consiste em motivar o aluno por meio da prática, ou seja, da realização de experimentos nos laboratórios que instigam o aluno a conhecer os fenômenos físicos. Para motivar os alunos, o método inverte a ordem tradicional do ensino da física: ao invés de ensinar primeiro a teoria e depois mostrar o experimento, a partir da prática busca tratar dos aspectos teóricos da física, primeiro por meio de perguntas aos alunos e depois por meio de um relatório e de um questionário. Trata-se de um método elucidativo, uma vez que o aluno deve responder a uma ou mais perguntas instigadoras ao início do experimento, e novas questões são postuladas e elucidadas ao longo do experimento. Todo tópico da física desenvolvido pelo professor é acompanhado de uma pergunta motivadora. É, ao mesmo tempo, um método avaliativo, uma vez que, durante e após o experimento o aluno responde a um questionário cuidadosamente elaborado pelo professor, inclusive com consulta ao próprio professor e ao livro texto, ampliando seu conhecimento. O método fez sucesso nas escolas onde foi utilizado, obtendo a aprovação de cerca de 90% dos alunos do ensino médio. Por fim, os professores exibiram um vídeo sobre o método Pró-física de ensino.

Além das audiências públicas, foram realizados os seguintes Seminários Estaduais:



A1F06D7B41

- Em 10 de junho de 2013, foi realizado o **Seminário Estadual no Piauí**, sob coordenação do **Deputado Jesus Rodrigues**.

O Seminário Estadual de Reformulação do Ensino Médio, promovido pelo Deputado Federal Jesus Rodrigues, teve como objetivo colocar em debate questões como a integração do ensino médio com a educação profissional técnica de nível médio e as novas diretrizes curriculares para esse nível de ensino.

Durante o Seminário, foram apresentados os seguintes painéis:

- O primeiro painel, com o tema Formação inicial e continuada de professores para o Ensino Médio, teve como painalista a Sra. Marta Freitas. A palestrante falou do currículo mínimo para a formação dos professores do ensino médio, do recrutamento através de processo seletivo e da carreira. Discorreu sobre o Plano Nacional de Formação de Professores, o PARFOR, explicando que o referido plano é resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação (MEC), por meio dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e das Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), neles sediadas. O objetivo do Plano é a melhoria da formação do corpo docente brasileiro. Outro ponto abordado por Marta foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Pronatec, que foi criado pelo Governo Federal em 2011 e tem o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

- A segunda painalista, Marcoelis Moura, discorreu sobre o tema “Currículo – As novas diretrizes curriculares e as atuais necessidades do ensino médio” e falou que existe uma fragmentação de conteúdo que dificulta a interdisciplinaridade. Abordando sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, principalmente no que se refere às finalidades, tratou o art. 35: O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como intenção a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual



e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.

- Cássio Borges, formado em Licenciatura em História, pela UFPI, foi o terceiro painalista, onde explanou sobre a Escola e comunidade, falando sobre a violência nas escolas que atinge alunos, professores e a direção. O palestrante também disse que o Grêmio Estudantil tem papel importante nas escolas e que falta infraestrutura, além de ressaltar que o ENEM pode ajudar a reformular o ensino médio.

- A conselheira Eliana Sampaio foi a primeira painalista do período da tarde, discursando sobre as Condições de oferta do Ensino Médio. Quando se trata do Ensino Médio, principalmente no turno da noite, ela disse que temos três questões a pensar: a clientela – quem são as pessoas que procuram o ensino à noite. O objetivo – por qual motivo as pessoas estudam neste horário. Quais os entraves – que não são vistos quando é feita a proposta pedagógica. Segundo a conselheira, quem procura um ensino neste período são aquelas que trabalham e só têm este tempo para estudar, tendo como objetivo principal ter uma qualificação. A presidente sugeriu que o ensino médio diurno fosse trabalhado em módulos e o noturno fosse de quatro anos, totalizando 2.400 horas/aula.

Eliana Sampaio mostrou os números de matrículas no ensino médio, onde contatou-se uma queda: 2008 – 161.791; 2009 – 155.055; 2010 – 144.500; 2011 – 137.866; 2012 – 131.983. Reforçou que temos que pensar na EAD e temos que formar o aluno para uma nova fase – o ensino superior, trabalhando os conteúdos cobrados nos vestibulares. Para ela, o Poder Judiciário enxerga o ensino médio somente como preparatório.

- O segundo painalista da tarde foi o ex-Secretário da Educação, professor Antônio José Medeiros, que versou sobre Avaliações – os instrumentos de avaliação do Ensino Médio utilizados pelo MEC/INEP. Segundo o professor a adesão ao ENEM nas universidades é livre, mas é base para o acesso ao PROUNI – programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudos em instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros de baixa renda sem diploma de nível superior; o FIES – que é um mecanismo destinado à concessão de financiamento a estudantes de



A1F06D7B41

cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Explicou também que a Bolsa de Estudo no Exterior é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

O ex-Secretário fez um questionamento: qual a função do ensino médio? E, logo em seguida, disse que é para o mundo do trabalho, onde o MEC aprova a educação profissional, mas é preciso aumentar a carga horária, melhorando os conteúdos.

- O representante do IFPI, professor Marcos Aurélio, foi o terceiro painalista e tratou do tema Integração do Ensino Médio com a educação profissional técnica de nível médio. Durante a sua colocação, falou das condições de oferta para o EM, questionando se este ensino é integrado, como fazê-lo e ressaltou que são oferecidos vários cursos profissionalizantes, como: Pronatec – que tem como objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; EAD; Brasil Profissionalizado – que visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica; FIES Técnico e o FIES Empresa, para o custeio da sua formação profissional técnica de nível médio, e às empresas, para manutenção da formação inicial e continuada ou qualificação profissional de seus trabalhadores, respectivamente.

Para ele, faltam técnicos no mercado, sendo necessário que tenhamos profissionais capacitados para atingir a meta do Pronatec, que é ter 200 mil alunos matriculados em 2013.

- Dalton Leal foi o quarto painalista, com o tema Infraestrutura: espaços de aprendizagem diversificados (laboratórios, quadras desportivas, bibliotecas); recursos humanos. Começou a sua explanação agradecendo ao Deputado Jesus Rodrigues por ouvir também o setor privado de ensino, que devem ser agregadas às propostas do Piauí. No momento, falou sobre seu encontro com o relator da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em Brasília, que comentaram que o ensino médio não atende a necessidade social e que se transformou em um espaço de aprendizagem inócuo, podendo ser saltado. Lembrou também da diferença entre o ensino público e o ensino privado, e da capacidade de adaptação do ensino privado, este tem superado obstáculos ao longo de sua existência, cumprindo seu papel de educação suplementar e supletiva da educação pública no país alcançando bons



resultados na formação dos alunos. Dalton também fez um breve retrospecto do ensino médio da escola privada no que se refere a infraestrutura e recurso materiais que, há mais de 30 anos no ainda chamado ensino científico, tinha como objetivo: formar o aluno para a nova fase da vida que era o ensino superior, onde o aluno deveria ter mais autonomia e exigia mais responsabilidade em suas ações, preparar o “terreno” para uma profissão, independência e também trabalhar os conteúdos cobrados nos vestibulares das universidades públicas. Este último, devido à exigência destas instituições, a escola teve que estender a carga horária e forçar mais a preparação dos alunos específica para os vestibulares.

Na palestra, também foi ressaltada a importância da discussão em torno do ensino médio, pois, há mais de 10 anos, iniciaram uma série de reuniões com a Universidade Federal do Piauí acerca dos conteúdos que deveriam ser cobrados no vestibular, mas infelizmente suas sugestões não foram bem recebidas e hoje Dalton lamenta que muitos conteúdos, precipuamente do ensino superior, tenham sido transferidos para o ensino médio. Para o palestrante, as mudanças nas modalidades dos vestibulares, no decorrer desses anos, limitou o ensino médio em apenas atender essas exigências e falou que o ensino médio pode ser usado para preparar o aluno como cidadão, onde a aprovação no exame é uma consequência natural da melhoria da qualidade no ensino.

Com a reflexão, Dalton Leal propôs uma ação de conscientização para acabar com prática das escolas em utilizar ferramentas jurídicas para que o aluno vá direto ao ensino superior e não façam o ensino médio, se possível até uma audiência pública. Concluiu falando que precisamos definir qual o verdadeiro papel do ensino médio.

- Em 27 de junho de 2013, foi realizado o **Seminário Estadual no Distrito Federal**, sob coordenação do **Deputado Izalci**.

O Seminário do Distrito Federal pautou-se pelas conclusões do diagnóstico e das propostas do CONSED para melhoria do ensino médio em todo o Brasil, ressaltando os seguintes aspectos: acesso restrito, sem perspectiva de universalização em curto prazo; alto índice de evasão, repetência e abandono; deficiência de espaços diversificados para a aprendizagem (laboratórios, bibliotecas, quadras etc.); deficiência na formação inicial e continuada de professores, gestores e demais profissionais da área da educação, especialmente



A1F06D7B41

no ensino médio; falta de espaço para expansão da rede física das escolas; ineficiência do ensino médio noturno; estrutura pedagógica sem correspondência com as necessidades dos alunos; falta de integração entre o ensino fundamental e médio, impossibilitando a consecução dos objetivos da educação básica.

Para essa realidade acima retratada, comum em todas as unidades da Federação, foi estruturada uma pauta, especificamente para o Distrito Federal, que constou de exposições e propostas sobre os temas conforme a programação.

Algumas considerações foram colocadas e a partir dessa discussão foi elaborado um artigo relatando a possibilidade de construir uma proposta para o ensino médio, intitulado “É possível construir uma proposta inovadora para o ensino médio?”.

O ensino médio é hoje o grande desafio global a ser enfrentado em termos de educação básica. Manter o adolescente no ensino médio e fazer com que o conclua é o obstáculo que se coloca para a educação básica em todo o mundo no século XXI, principalmente nos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo o relatório do UNICEF, apesar de a educação secundária ter um impacto significativo sobre os rendimentos de cada indivíduo e sobre o crescimento econômico da sociedade, contribuindo para o rompimento dos ciclos de pobreza e iniquidade, no mundo, um em cada cinco adolescentes está fora da escola, sendo que, no Brasil, a proporção é de um para sete.

Quem são os jovens brasileiros que chegam à última fase da educação básica? Quais são as suas aspirações em relação ao futuro? Na elaboração do modelo do ensino médio atual, questões como essas não foram respondidas e, conseqüentemente, os desejos dos estudantes estão longe de ser contemplados. “No Brasil, essa etapa se expandiu aproveitando o modelo do ensino fundamental, apenas com algumas adequações. A sala de aula é basicamente a mesma, os recursos didáticos e o tipo de professor também”, diz Raquel Souza, assessora da Ação Educativa.

A ausência de conexão entre os jovens e o ensino médio começa já na base que estruturou o modelo, no modo como ele foi pensado. Nas pesquisas, o que aparece é a clara falta de correspondência entre a realidade dos adolescentes e suas aspirações e o conteúdo oferecido pela escola. A



insatisfação passa por questões como as disciplinas e os temas estudados em classe, a postura dos professores em sala de aula, o uso dos recursos tecnológicos, a infraestrutura, a segurança, a conservação da escola e a relação das instituições de ensino com o mundo do trabalho.

Todas as constatações acima citadas permitem considerações, como:

1 – Ensino Médio: uma reforma incompleta. O modelo de hoje, precário na infraestrutura das escolas e na formação dos professores, não consegue atrair ou reter boa parte dos jovens. Mas, no início dos anos de 1970, esse nível de ensino passou a ser percebido como uma nova exigência do mercado de trabalho. O aumento da demanda motivou a expansão das vagas. A ampliação foi rápida. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as vagas de Ensino Médio apenas na rede estadual- que respondia por noventa por cento do total- passaram de 537 mil em 1971 para 3,8 milhões em 1995. No entanto, a expansão foi feita com poucos recursos materiais e humanos.

2 – Dois projetos de reforma foram propostos pelo governo federal, e ambos divergentes no que diz respeito a temas como o currículo e o papel do ensino profissionalizante. “De forma geral, as reformas focaram os currículos e os conteúdos das disciplinas. Questões fundamentais, como a formação do professor para atender às especificidades dos jovens do ensino médio, foram muito pouco discutidas”, observa a pesquisadora Nora Krawczyk, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). As reformas também não contemplaram mudanças importantes na infraestrutura visando aproximar o espaço escolar das necessidades dos estudantes. O ambiente das escolas não é estimulante para eles. Há deficiências de bibliotecas, quadras esportivas, laboratórios de Ciências e de Informática. Assim, a despeito dos avanços, o quadro do Ensino Médio continua desalentador. Segundo dados do IBGE de 2011, dos alunos que deixaram a escola, 70,2% o fizeram entre o sétimo ano e o ensino médio.

3 – Perfil dos jovens do ensino médio: eles estão com a cabeça no futuro; estão conectados às novas tecnologias e anseiam pela entrada no mercado de trabalho. “O trabalho precoce faz parte da identidade juvenil e a escola deve se adequar a isso”. (Maria Inês Fini), consultora da Fundação Roberto Marinho. Baixo percentual de alunos enxerga utilidade em Geografia,



História, Biologia e Física, por exemplo. Literatura recebeu a pior avaliação. “Isso permite concluir que uma parte substancial dos alunos não vê utilidade no conjunto das disciplinas. Na vida, os conhecimentos dialogam entre si, mas na escola não. O problema é que as disciplinas são apresentadas de forma fragmentada”, diz Priscila Cruz, do Movimento Todos pela Educação. Os adolescentes pedem atividades de caráter mais prático ou que apresentem exemplos do cotidiano para facilitar o aprendizado. “Nenhum currículo será bem implementado se o professor ignorar recursos metodológicos dinâmicos e se não articular os conceitos abstratos das disciplinas ao conhecimento do dia a dia”, afirma Celso Ferretti da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

4 – Trabalhar a interdisciplinaridade como a cooperação de várias disciplinas no exame de um mesmo objeto. Também como intercâmbio mútuo e integração entre várias disciplinas tendo como resultado um enriquecimento recíproco. (PIAGET apud FAZENDA, 1994). A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, concordamos que a interdisciplinaridade possibilita assegurar a transversalidade do currículo, propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento.

5 – A escola nos moldes atuais não está mostrando nenhuma habilidade para lidar com as temáticas que dizem respeito ao projeto de vida dos jovens, analisa Raquel Souza, da Ação Educativa. As disciplinas não estão articuladas com questões que fazem parte do cotidiano deles depois que deixam a escola. E esses são aspectos centrais na cidadania dos que estão no ensino médio.

• Em 19 de setembro de 2013, foi realizado o **Seminário Estadual no Acre**, sob coordenação do **Deputado Sibá Machado**.

Foram debatidos os seguintes temas referentes ao ensino médio: currículo; integração do ensino médio com a educação profissional técnica de nível médio; condições de oferta; avaliações; escola e comunidade; línguas estrangeiras no ensino médio; e infraestrutura.

Foram apresentadas as seguintes propostas para reformulação do ensino médio:



A1F06D7B41

- Ampliar a oferta nas licenciaturas de língua inglesa, língua espanhola e química, a fim de suprir as necessidades do Sistema Educacional, bem como proporcionar uma formação voltada para questões humanas e de convivência harmoniosa, preparando os docentes para lidar com problemas de violência escolar.

- Criar parcerias com entidades religiosas que possam estar contribuindo para sanar os problemas de violência escolar, *bullying* e outros.

- Equiparar os salários dos professores municipais como os dos professores estaduais. Pois existem professores que trabalham nas duas redes e que essa disparidade de diferença salarial, desmotiva o trabalho dos professores e até mesmo da equipe de gestão das redes menos favorecidas.

- Ajustar o ensino médio para que o aluno aprenda para a vida e também para o mercado de trabalho, que eles possam seguir seus estudos, mas tenham a opção de ter uma profissão antes da universidade.

- Implantar o 6º tempo nas escolas levando em conta a realidade de cada região (município).

- Contratar professores qualificados e qualificar professores na área para trabalhar conforme a disciplina específica.

- Criar condições para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) dentro da instituição de ensino regular.

- Criar condições fundamentais para atender as necessidades educacionais dos alunos com altas habilidades e superdotação para que eles desenvolvam com qualidade suas habilidades.

- Capacitar os profissionais para atuar com recursos pedagógicos e tecnológicos (incluindo a capacitação dos profissionais de atendimento para a boa utilização destes recursos).

- Adaptar arquitetonicamente os prédios escolares, para garantir o atendimento a todos os alunos com necessidades especiais.

- Ampliar o atendimento domiciliar de profissionais da educação especial para casos extremos de alunos que apresentam necessidades a mais, como problemas de saúde etc.



A1F06D7B41

- Envolver instituições como: família, igrejas, instituições de setores ligados á saúde, segurança, justiça e outros. Verificando como cada um deles possa está contribuindo para uma educação de qualidade.

- Criar bolsas de estudos para todos os alunos do ensino médio com baixa renda.

- Investir na formação continuada dos professores indígenas, e ampliar a formação desses professores para suprir a demanda existente. Criar curso de apoio aos técnicos pedagógicos.

- Oferecer ensino integral aos alunos do ensino médio, com mais atividades no contra turno ou cursos profissionalizantes.

- Rever o currículo e o sistema de avaliação do ensino médio para equiparar o nível de aprendizagem a outros estados, possibilitando maiores chances no ENEM.

- Criar políticas sociais voltadas para as famílias dos alunos do ensino médio, para reduzir os fatores familiares que podem influenciar o fracasso escolar.

- Criar um currículo onde o conhecimento científico e o tradicional possam dialogar entre si e assim contribuir na formação de professores e técnicos pedagógicos.

- Assegurar a todas as escolas de ensino médio laboratórios de ciências.

- Investir em capacitação para o uso dos suportes tecnológicos fornecidos pelo poder público para professores e alunos da rede publica.

- Investir em mestrado e doutorado para os professores do ensino médio.

- Garantir a oferta de EJA noturna para alunos com idade inferior a 18 anos.

- Ofertar no contra turno do ensino médio oficinas profissionalizantes, aulas de informática com certificado, palestras de empreendedorismo.



A1F06D7B41

- Permitir a contratação de professores para trabalhar em apenas dois turnos na escola, garantindo o espaço de tempo para planejamento.

- Melhorar o ensino médio para os alunos indígenas nas escolas indígenas. Fazendo uma consulta ou pesquisa – com jovens do ensino médio para saber o que eles desejam como educação para o seu futuro. O que estamos fazendo aqui é discutindo o mesmo modelo que já está vencido (modelo de uma elite extrativista que não conduz com a realidade do mundo. Precisamos fazer uma reflexão de como esses estudantes se sentem no mundo nesse momento e qual a capacidade que julgam ter para transformá-lo e encontrar nele um lugar para si.

- Desenhar um modelo em que o aluno entre no ensino médio e faça, no primeiro ano, uma base comum de currículo com, no máximo, seis disciplinas básicas (matemática, português, ciências, etc.) e com bastante profundidade de conteúdo. No segundo ano, acrescentam-se mais disciplinas em que o aluno vai optar por eixo (ou por área da humana ou para área exata), já observando a aptidão e preparando para o mercado de trabalho. Agregar no terceiro ano uma disciplina ou eixo profissional, a partir do diagnóstico de orientação profissional e orientação para a pesquisa científica.

- Formar profissional de nível médio com foco na vocação econômica do Estado, possibilitando empregabilidade, associada a um programa de orientação profissional.

- Estimular financiamento específico para aquisição de material didático: sequências didáticas no programa de reestruturação curricular.

- Realizar concurso público para professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), levando em consideração as formações continuadas e cursos específicos, para atender os alunos públicos alvo do AEE.

- Criar escolas de ensino médio pautada para formação técnica do campo, técnicas de produção agrícolas, preparando mão de obra para o mercado rural (agro negócio).

- Integrar o sexto tempo ao currículo do 3º ano, tendo como meta a preparação para o ENEM.



- Realizar formação continuada para o professor do Ensino Médio nas áreas de química e física.
- Adequar urgentemente os laboratórios de informática com internet e com o profissional da área de informática.
- Formar alunos do ensino médio das zonas urbana e rural, levando em conta, o potencial econômico das comunidades, respeitando a cultura (Pronatec).
- Aplicar currículos vivos, dinâmicos, dialéticos, inserindo filosofia, sociologia, arte, movimentos, ciências naturais, ciências biológicas e ciência da natureza por meio de oficinas relacionadas à tecnologia, reformulando o espaço estrutural da escola e também inserir cursos técnicos para formação dos profissionais da educação de nível médio (assistente educacional, técnico de meio ambiente, técnico multimeio didático e em informática).
- Valorizar a carreira do magistério tempo, carreira e formação.
- Remunerar os estudantes de ensino médio e bons créditos em transporte públicos ou 30% do salário mínimo, com eficiência no ensino profissionalizante e superior.
- Alterar o sistema de avaliação para qualitativo (A, B, C e D), substituindo índices.
- Inserir, na equipe pedagógica, a figura do psicopedagogo, para uma intervenção nas particularidades de cada aluno com problemas de aprendizagem em todos os sentidos, sejam eles pedagógicos ou sociais.
- Realizar formação continuada para professores e equipe gestora sobre as leis educacionais, inclusive as leis de proteção ao menor, com o objetivo de possibilitar aos professores e equipe gestora a tomar procedimentos de acordo com o respaldo legal.
- Diminuir a carga horária de algumas disciplinas (matemática e português) para acrescentar nas disciplinas de Filosofia e Artes.
- Retirar de uma Língua (espanhola ou inglesa) dois anos (duas séries). Ou seja: a obrigatoriedade apenas de uma língua.



A1F06D7B41

- Criar bolsas de estudo para alunos dos 3º anos, para atuarem dentro da própria escola ajudando no reforço da matemática e língua portuguesa, incentivando a serem futuros professores.

- Contratar psicólogos nas escolas para acompanhamento de alunos e professores.

- Criar um setor que acompanhe o projeto que foi devolvido pelas Secretarias (por várias vezes) verificando os motivos pelos quais foram devolvidos, para que o mesmo não seja apenas repassado (problema) para outra escola e sim também acompanhado na sua prática.

- Olhar com carinho para o ensino médio da zona rural, quando se refere: adaptação calendário escolar de acordo com a realidade geográfica de cada município, justificando: com base nas comunidades, tenho observado e ouvindo muita reclamação dos pais e alunos, pois os mesmo na maioria das vezes têm que optar entre o estudo e o trabalho. Outra constatação, é que os pais necessitam da ajuda dos filhos para sustentar a família. Tendo em vista que por conta do avanço da modernização o consumo aumentou assustadoramente, também temos dificuldade na merenda por conta de contra turno, principalmente em aulas de educação física.

- Equilibrar um currículo mais regionalizado com a necessidade de uma avaliação universal como o ENEM.

• Em 27 de setembro de 2013, foi realizado o **Seminário Estadual em Mato Grosso**, sob coordenação do **Deputado Nilson Leitão** e relatoria do **Deputado Eliene Lima**.

O Seminário foi organizado em painéis temáticos abrangendo os temas sugeridos pela CEENSI, tendo sido apresentadas as seguintes propostas – das escolas, comunidade e entidades em geral – em cada painel temático:

- Painel 1: Currículo do Ensino Médio, Modalidades e Avaliações

Ainda que tenham ocorrido reinterpretações do documento e ações de resistência ao mesmo, o currículo descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM 2000) preconiza acertadamente que este



A1F06D7B41

deve ser “apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta”. É necessária a superação do modelo de ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, é urgente que busquemos “dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender” por meio da pesquisa e da iniciação científica.

Proposições:

- Fomentar a adoção de outras formas de organização curricular no ensino médio (tais como divisão por semestres com alternância entre blocos de ciências exatas e ciências humanas ou organização por módulos).
- Promover estudos relacionados à adequação curricular no âmbito dos Estados.

- Painel 2: Escola e Comunidade

A escola é reconhecida como um espaço de interação entre alunos, professor, currículo, família e comunidade. Dessa forma, deve interagir com o seu entorno, promovendo espaços de participação, cujas ações desenvolvidas reflitam contribuições ao momento histórico-social vivenciado pelos sujeitos que a compõem. Assim, a escola tornar-se-á mais real, mais atuante, quanto maior for o número de sujeitos sociais participando ativamente do seu cotidiano.

Proposições:

- Promoção de parceria entre escola e comunidade por meio do fortalecimento de programas nos moldes do “Escola Aberta”, visto que é indispensável para uma educação de qualidade a boa relação entre familiares, gestores, professores, funcionários e estudantes.
- Realização de ações voltadas à educação não-formal, através da promoção de oficinas de interesse da comunidade, estimulando o ensino complementar e formação inicial para o trabalho e a geração de renda.
- Estabelecimento de regime de colaboração entre a escola e a polícia comunitária, tendo em vista a identificação, priorização e resolução de problemas ligados ao jovem do ensino do médio, com o objetivo de



combater ameaças à sua formação integral (Programas “Escola Segura” e “Paz na Escola”).

- Painel 3: Formação Inicial e Continuada de Professores e Gestores para o Ensino Médio

Conscientes de que a qualidade da educação passa necessariamente pela formação dos profissionais que atuam na escola, as proposições apresentadas relacionam-se às experiências vivenciadas pelas instituições públicas de ensino médio de Mato Grosso e as necessidades ali detectadas.

As proposições partem da premissa de que o Estado de Mato Grosso assume a formação dos profissionais da educação enquanto política pública; assim, os Cefapros – Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica – se definem como valiosos espaços públicos de encontro e intercâmbio de ideias e aprendizagens, via Projeto Sala de Educador e outras iniciativas.

1. Formação de gestores

- Fortalecimento e execução do plano de formação continuada de diretores escolares e coordenadores, atendendo às diversidades populacionais existentes.
- Formação para diretores escolares e coordenadores pedagógicos das escolas indígenas quanto ao Ensino Médio Integrado e ao Magistério Intercultural.
- Expansão e fortalecimento do Programa Progestão online para as equipes gestoras das escolas urbanas, campo, indígena, EJA e quilombola.
- Formação para diretores escolares eleitos para o exercício de sua função, fundamentada na política educacional do Estado.
- Expansão de oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica.

2. Formação dos professores e não docentes



A1F06D7B41

- Fortalecimento da formação continuada *in loco* via projeto Sala de Educador (abrangendo todos os profissionais da escola), com ênfase na educação especial, educação quilombola, educação indígena, do campo, educação para o trabalho e respeito às diversidades em parceria com as Instituições Superiores Públicas.

- Formação dos professores articuladores do Ensino Médio Inovador e integradores do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

- Formação específica inicial e continuada, de modo que todos que atuam na educação possuam formação em nível superior, e que tenham conhecimento do mundo virtual e das novas tecnologias educacionais.

- Garantia de formação continuada específica aos professores indígenas, do campo e quilombola que atuam na EJA e educação profissional e tecnológica.

- Expansão da oferta de vagas para pós-graduação *stricto sensu* na área da educação, contemplando as diversidades (campo, indígena, educação especial, EJA e quilombola).

- Garantia, financiamento e ampliação dos programas de formação com cursos de extensão e pós-graduação através de convênios com IES para formação de docentes voltados às modalidades e especificidades.

- Criação e implantação do Centro Educacional de Formação, Pesquisa e Produção de Material Didático Indígena, Campo e Quilombola.

3. Criação de um sistema de avaliação da formação continuada.

- Painel 4: Condições de Oferta do Ensino Médio e Infraestrutura

Na última década houve uma significativa mudança na possibilidade de acesso à educação no Brasil. Uma grande quantidade de pessoas, das mais diferentes regiões, grupos sociais e etnias puderam se



A1F06D7B41

matricular e frequentar a escola. O grande desafio que se apresenta na atualidade é proporcionar uma educação com qualidade social a todos os educandos. Nesse intuito apresentamos as seguintes proposições:

- Definição de padrão construtivo nacional para as escolas de Ensino Médio.

- Diagnóstico da Situação – Levantamento das condições dos prédios escolares.

- Mapeamento Escolar – Distribuição adequada das escolas em face da demanda.

- Planejamento da Rede Física Escolar

- Apoio Técnico e Financeiro do MEC/FNDE por meio do PAR para a formação continuada dos servidores da sede das Secretarias Estaduais de Educação, especificamente sobre as técnicas de realização de diagnóstico, planejamento de médio e longo prazo, micro planejamento, estatística e gerenciamento de projetos, especialmente os relativos ao ensino médio, com vistas ao desenvolvimento de competência técnica.

- Estabelecimento de políticas e padrões mínimos de estrutura administrativa e pedagógica para o funcionamento de escolas exclusivas de ensino médio com assistência técnica e financeira do MEC/FNDE.

- Criação de um sistema de monitoramento das ações financiadas pelo MEC/FNDE e/ou de responsabilidade do Estado indicadas no PAR, que permita a criação e registro em banco de dados específico das execuções.

Educação Escolar Quilombola

- Organizar o censo das populações quilombolas e mapear as demandas educacionais existentes nesses territórios.

- Produzir materiais didático pedagógicos específico a modalidade.



A1F06D7B41

- Ampliar a carga horária para atender as especificidades às demandas educacionais em territórios quilombolas, principalmente relativa a Parte Diversificada do Currículo para inclusão de conhecimentos referentes as Ciências e Saberes Quilombolas.

- Organizar a oferta de transporte escolar, estrutura física e alimentação escolar no atendimento dos estudantes em territórios quilombolas.

- Estruturar as escolas quilombolas e ampliar a ofertar Educação Profissional e Tecnológica.

- Criar mecanismos consultivos para Educação Escolar Quilombola (nos CNE, CEE, CME) e Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial.

Educação Escolar Indígena

- Ampliar a oferta da Educação Básica à população indígena, garantindo material pedagógico específico e mobiliários e equipamentos adequados.

- Ofertar transporte escolar, estrutura física e alimentação escolar adequada no atendimento dos estudantes em territórios indígenas.

- Implantar e fomentar os territórios etnoeducacionais dos povos indígenas de Mato Grosso.

- Assegurar por meio dos Projetos Políticos e Pedagógicos a matriz específica de acordo com a diversidade cultural dos povos indígenas.

Educação do Campo

- Ampliar a oferta da Educação Básica para o campo e equipar as escolas com mobiliários, equipamentos e acervos adequados.

- Ampliar o atendimento às escolas do campo com organização curricular de Pedagogia da alternância, bem como da carga horária com uma matriz diversificada.



A1F06D7B41

- Articular entre as redes estadual e municipal a política pública de Educação do Campo.

Educação de Jovens e Adultos

- Estabelecer parceria com a SEJUDH para o atendimento ampliado e qualificado da população privada de liberdade

- Proporcionar condições adequadas ao processo educativo no sistema penitenciário e garantia de acesso a todos os educandos independentemente do crime cometido, e/ou regime de privação de liberdade.

- Ampliar o acesso aos Exames de Certificação nas unidades penitenciárias e implantar o PROEJA no sistema penitenciário.

- Produzir materiais didáticos pedagógicos específicos à modalidade EJA.

- Ampliar as matrículas de educação profissional.

- Estabelecer políticas de permanência com qualidade aos estudantes da EJA.

- Estabelecer parcerias entre União, Estado e Municípios, envolvendo Secretarias de Saúde, de Bem Estar Social, Ambiental, de Cultura, de Ação Social, executando ações de atendimento ao estudante da EJA.

- Apoiar o Fórum Permanente de Debates em Educação de Jovens e Adultos.

- Garantir acesso aos exames de certificação.

- Equipar as escolas com mobiliários e equipamentos, acervos adequados, materiais pedagógicos e tecnológicos.

- Adequar a estrutura física garantido alojamento e transporte aos profissionais da educação e aumentar a per capita aluno para alimentação.

- Oportunizar práticas pedagógicas nas escolas do campo com ênfase na agroecologia, agricultura familiar e economia solidária.

Educação Especial



A1F06D7B41

- Realizar o mapeamento e busca ativa de pessoas com deficiência fora da escola e incluir as famílias das pessoas com deficiência no processo educacional.

- Garantir a acessibilidade/sustentabilidade do espaço físico dos prédios de ensino e ampliar o número de salas de recursos multifuncionais nas escolas da rede pública de educação básica.

- Implantar parcerias com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social para atendimento especializado dos estudantes e realizar programas de orientação e acompanhamento às famílias dos mesmos.

- Oferecer qualificação profissional, aos estudantes com deficiências e altas habilidades ou superdotação.

- Proporcionar acesso aos meios tecnológicos às pessoas com deficiência.

Educação Ambiental

- Garantir a participação da comunidade escolar nos CDCE, grêmios estudantis, Conselhos Diretores e COM-VIDA (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida Escolar) de modo a protagonizar jovens e adultos no ensino médio.

- Assegurar projetos ambientais escolares comunitários articulados ao Projeto Político Pedagógico que promovam a sustentabilidade.

- Produzir materiais didáticos pedagógicos específico à Educação Ambiental e suas interfaces com as questões de gênero, diversidade sexual, étnico-raciais, economia solidária e educação especial.

- Promover ações de Educação Ambiental com os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas e assentados em parceria com instituições governamentais e não governamentais.

- Educação das Relações Étnico-raciais, Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual:

- Estabelecer políticas de permanência com qualidade aos estudantes negros/as no ensino médio.



A1F06D7B41

- Implementar as ações de inclusão de conteúdos para educação das relações étnico-raciais e ensino da história africana, afro-brasileira e indígena visando ampliação de conhecimentos e combate ao racismo.

- Produzir materiais didáticos e paradidáticos para atender a Lei 10.639/03 e 11.645/08.

- Garantir conteúdos que colaborem para aprendizagens sobre questões de gênero, e orientação sexual na perspectiva da educação em direitos humanos.

- Produzir materiais didáticos e pedagógicos sobre a gênero, diversidade sexual e educação em direitos humanos.

CONAE

- Assegurar, em regime de colaboração, recursos necessários para a implementação de políticas de valorização da diversidade e inclusão escolar.

- Garantir, em regime de colaboração, políticas públicas que visem à promoção da igualdade racial

- Garantir conteúdos que colaborem para aprendizagens sobre questões de gênero, e orientação sexual na perspectiva da educação em direitos humanos.

- Produzir materiais didáticos e pedagógicos sobre gênero, diversidade sexual e educação em direitos humanos.

- Garantir as condições de acessibilidade física, pedagógica, nas comunicações, informações e nos transportes, assim como a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes público-alvo da educação especial.

- Assegurar a promoção dos Direitos Humanos e superação das desigualdades sociais, étnicas e raciais na educação superior, mediante o acesso e permanência dos estudantes.

- Introduzir o estudo de direitos humanos, educação ambiental, história e cultura afro-brasileira, africana, indígena, língua brasileira de sinais, temas do Estatuto da Criança e Adolescente e estratégias pedagógicas



A1F06D7B41

inclusivas nos currículos dos cursos de pedagogia, das licenciaturas, do ensino médio e na modalidade normal, e na formação dos professores que atuam na educação superior.

- Garantir a oferta de educação escolar pública para jovens, adultos e idosos em situação de privação da liberdade, nos estabelecimentos penais.

- Implementar a modalidade da EJA para o jovem, o adulto, e o idoso, orientada para o reconhecimento do direito humano e cidadão, a diversidade cultural, linguística, racial, étnica e de gênero.

- Fomentar a produção de material didático específico para cada território etnoeducacional, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação escolar indígena.

Para além das proposições apresentadas, já contempladas no Documento do CONSED, é urgente que seja aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que contém orientações para a educação básica.

Nos dias 15 e 16 de outubro, foi realizado o Seminário Nacional, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Numa grande síntese dos principais temas debatidos nesta Comissão Especial, o Seminário Nacional trouxe em seus painéis representantes do MEC e seus diversos órgãos vinculados, do CONSED, do Conjuve, da Anpae, da Anfope, da Anped, da CNTE, do Cedes, da Ubes e do Movimento Todos pela Educação. Foram apresentados os seguintes painéis: currículo e diretrizes curriculares; integração do ensino médio com a educação profissional; formação de professores e gestores; condições de oferta do ensino médio e infraestrutura; e instrumentos de avaliação utilizados pelo MEC.

Por fim, gostaríamos de ressaltar a participação popular nas discussões da CEENSI por meio dos debates virtuais promovidos no Portal e-Democracia. No período de 18 de setembro de 2012 a 21 de outubro de 2013, a Comunidade Virtual recebeu cerca de cinco mil visitas, com mais de 57 mil visualizações de página. Foram realizadas vinte Audiências Públicas Interativas por meio do bate-papo com vídeo, com um total de 266 participantes. Foram



A1F06D7B41

abertos dois fóruns, um de apresentação dos internautas e outro temático, com nove tópicos, onde foram realizadas 660 postagens.

Os tópicos debatidos no fórum temático e as sugestões apontadas pelos participantes foram as seguintes:

1. Influência da educação no desenvolvimento social do País: *O que mudar no ensino médio? Melhoria para a vida do aluno e melhoria para a necessidade do desenvolvimento social do País.*

- a. Ensino médio voltado para a formação propedêutica, cidadania e profissional;
- b. Educação vocacional;
- c. Maior integração e abordagem dos conteúdos já na educação infantil e fundamental;
- d. Buscar maior envolvimento da sociedade na discussão;
- e. Ênfase na formação para cidadania;
- f. Ênfase na formação para idiomas e informática;
- g. Ênfase para a formação em cultura geral.

2. Avaliação e Aprendizagem: *Na Prova Brasil, tanto as redes estaduais, quanto as particulares falharam em matemática. A exemplo da matemática, como garantir o direito à aprendizagem?*

- a. Maior acesso aos livros;
- b. Laboratórios com computadores e acesso à internet;
- c. Laboratórios de Ciências;
- d. Escolas estruturadas (infraestrutura);
- e. Recursos Tecnológicos;



A1F06D7B41

- f. Aprimoramento de aulas pela internet, para formação dos professores e para os alunos;
- g. Fortalecimento da participação da comunidade;
- h. Gestão escolar com gestão de resultados;
- i. Aprimorar a qualificação dos professores;
- j. Valorização salarial dos professores;
- k. Garantia do direito constitucional: direito à aprendizagem;
- l. Estabelecer efetivamente um número de alunos por sala;
- m. Estabelecer formas para superar a falta de interesse dos alunos;
- n. Desgaste psicológico dos professores;
- o. Dilema: famílias que não tem a educação formal como um valor;
- p. Necessidade de atividades extraclasse;
- q. Aprimoramentos das gincanas educacionais;
- r. Feiras de Ciência.

3. Formação Pessoal: *Ensino médio: qual deve ser o valor desta etapa de formação na vida da pessoa?*

- a. Formação e orientação profissional;
- b. Uso comunitário e integrado da escola;
- c. Estruturação da Jornada ampliada;
- d. Exames Vocacionais;
- e. Orientação com profissionais;



A1F06D7B41

- f. Parceria com Empresas;
- g. Repensar o currículo. A) Base comum obrigatória; B) Cidadania; C) Profissional.
- h. Estudantes Universitários em estágio de monitoria no ensino médio;
- i. Repensar o sistema de avaliação;
- j. Que o ensino médio seja menos extenso e genérico;
- k. Como introduzir a especialização de conteúdos no ensino médio de acordo com interesse do aluno;
- l. Como preparar o aluno para a formação/profissionalização técnica ou superior?
- m. Quais os efeitos de antecipar a formação profissional concomitante com a última etapa do ensino básico?
- n. Como aprimorar o autoconhecimento do jovem?

4. A competência estadual e o pacto federativo: A União responsabiliza-se prioritariamente pelo ensino superior, os Estados pelo ensino médio e os municípios pelo ensino infantil e fundamental. “então: 97% dos alunos estão na rede estadual”. Coloca-se então, a necessidade de repensar o Pacto Federativo Brasileiro pela Educação.

- a. Como construir uma abordagem: federalismo ou regionalismo na educação;
- b. Qual a função do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- c. Como pensar o desenvolvimento regional do País;
- d. Em linhas gerais, a União (quem pode mais) investe na educação superior, os Estados (ensino médio) e os municípios (infantil e fundamental).



Como aproximar a gestão estadual das realidades de cada município?

Como fazer a União contribuir mais com a educação básica.

Estamos com uma pirâmide invertida no País. Esta é uma grande discussão: para a sociedade e para o Parlamento Brasileiro;

e. A necessidade de repensar o pacto federativo com ênfase na gestão municipal.

5. A educação básica e o básico na educação: O que é relevante e urgente mudar ou reformular?

a. Básico é a alfabetização na idade certa e conhecimentos plenos no ensino fundamental e médio. Não se apegando somente ao IDH;

b. A reformulação do ensino médio deve ser representativa (parlamento, órgãos, especialistas, professores, alunos, pais e comunidade);

c. O IDEB deve respeitar os sotaques de cada Estado Brasileiro;

d. Aprimoramento dos sistemas de ouvidorias nas escolas;

e. Um plano de contingência para situações emergenciais e desastres naturais que às vezes fecham as escolas por vários meses, nesses casos, deveria ser inserida a modalidade de ensino à distância e o intercâmbio com outras cidades;

f. A sugestão da inclusão da disciplina: Noções de Direito Constitucional foi apontada por vários participantes da Comunidade.

6. Ensino Noturno: Como superar as mazelas do ensino médio, em especial, as condições do ensino noturno no País?



A1F06D7B41

- a. Necessita ser pensado de forma própria, no que se refere à condição dos professores, dos alunos, do espaço escolar, da forma de apresentação do currículo;
- b. Como conciliar trabalho e formação;
- c. Mudança na Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT) para as pessoas na faixa etária do ensino médio, com flexibilização da jornada de trabalho;
- d. Efetivação do Pronatec, com ênfase na bolsa formação;
- e. Bolsa Formação: porta de saída para o bolsa família;
- f. Necessidade de considerar também a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

7. Educação básica: Reconceituação - *Os problemas do ensino médio seriam reflexos do ensino fundamental: problemas da alfabetização na idade certa, das séries iniciais e finais. Coloca-se então, a necessidade da discussão do que é “básico” na educação básica no País?*

- a. Necessidade da alfabetização na idade certa;
- b. Qualificar e acompanhar os resultados do ensino fundamental;
- c. Educação Integral.

8. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB: *Qual a necessidade de repensar a gestão escolar frente aos resultados obtidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)? Qual seriam os reflexos destas ações?*

- a. O IDEB deve servir para demonstrar as prioridades a serem abordadas para uma melhor educação;



- b. Necessidade de uma plataforma de aulas para os professores e conseqüentemente para os alunos;
- c. Inclusive para o reforço escolar.
- d. A questão da migração de alunos/famílias da escola pública para a particular no País, pela busca de melhor qualidade educacional.

9. Evasão Escolar: *Quais seriam os motivos que levam os jovens a preferir a escola da vida e não a escola formal e como superá-los?*

- a. Desinteresse pela forma como escola é apresentada;
- b. Má formação dos professores para o ensino médio;
- c. Dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos;
- d. Falta de apoio familiar (desestrutura);
- e. Envolvimento com drogas.

Registre-se, ainda, a realização de **Audiência Pública em Belo Horizonte**, no Teatro da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no dia 3 de outubro, para discutir a reformulação do ensino médio. Participaram da Audiência Pública em Minas Gerais, além do **Deputado Reginaldo Lopes**, a Senhora **Ana Lúcia Gazzola**, Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, o **Deputado Estadual Duarte Bechir**, Presidente da Comissão Educação, Ciência e Tecnologia, o **Deputado Estadual Paulo Lamac**, membro da Comissão Educação, Ciência e Tecnologia, a Senhora **Beatriz Cerqueira**, Coordenadora do Sind-UTE, e a Senhora **Manuela Braga**, Presidente UBES.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR



A1F06D7B41

Primeiramente, gostaríamos de parabenizar a Câmara dos Deputados, instituição representativa da sociedade brasileira que, sempre atenta às questões de relevância nacional, decidiu trazer democraticamente a discussão sobre as dificuldades que o ensino médio vem enfrentando ao longo das últimas décadas na forma desta Comissão Especial, que considero ser uma das mais importantes da história desta Casa. Importante porque trata de um tema fundamental para o desenvolvimento do Brasil, que é a formação dos nossos jovens, o que temos de mais precioso e que será determinante para o futuro do nosso país.

Parabenizo, ainda, a iniciativa do Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento que deu origem a esta Comissão Especial, a partir da constatação de que o ensino médio oferecido atualmente no Brasil não corresponde às expectativas dos jovens, especialmente no tocante à sua inserção na vida profissional, e vem apresentando resultados que não correspondem ao crescimento social e econômico do país.

A universalização do ensino médio, a partir de 2016, já foi assegurada na Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional nº 59, que estabeleceu a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade, e do novo Plano Nacional de Educação, ainda em apreciação no Congresso Nacional, que estipula, em sua Meta 3, a universalização do atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos de idade e elevar, até o fim de sua vigência, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%. Nossa preocupação, porém, é que essa universalização se dê na perspectiva da melhoria da qualidade desse nível de ensino.

Conforme bem ressaltou o Senhor Ministro da Educação em reunião desta CEENSI, ainda não temos uma conjuntura de políticas capazes de nos fazer avançar no ensino médio, e os resultados das avaliações do PISA e do IDEB indicam claramente isso.

Há que se ter um salto de qualidade do ensino médio, desafio este que ainda não alcançamos. Apenas 51% dos estudantes do ensino médio estão na idade/série correta. Apesar do avanço no número de matrículas obtido nos últimos anos (a matrícula no ensino médio cresceu mais de 120% nos últimos onze anos, passando de 3.700.000 para 8.300.000 estudantes), 970.000 jovens ainda estão fora do ensino médio.



A1F06D7B41

Apesar do avanço no quantitativo de matrículas e nas condições de oferta do ensino médio, as taxas de abandono e reprovação ainda são preocupantes em grande parte dos Estados, denotando a existência de problemas estruturais que se refletem no IDEB, por exemplo, no qual, embora tenhamos atingido a meta nacional estabelecida, de 3,7 pontos, muitos Estados estagnaram no índice e outros chegaram a regredir em sua pontuação. Mais números alarmantes em relação ao ensino médio: 40% da população não consegue terminar o ensino médio; nas redes estaduais, 35% dos alunos estudam à noite por falta de instalações; somente 51,1% dos jovens com 19 anos de idade concluíram o ensino médio e, dos que se formam, menos de 30% adquirem a formação satisfatória em português (em matemática, apenas 10%); apenas 12% dos jovens atingem o ensino superior; cerca de 8% dos jovens entre 14 e 17 anos e 27% dos jovens entre 18 e 24 anos não estudam e nem trabalham, compondo a chamada “geração nem-nem”. Essa última condição é extremamente preocupante, uma vez que anula qualquer perspectiva de ascensão pessoal de forma que nenhuma outra ação ou programa do Estado conseguirá compensar.

O Ministério da Educação apresentou na CEENSI, em diversas oportunidades, não apenas por meio da pessoa do Ministro Aloízio Mercadante, como também de diversos Secretários e titulares de outros órgãos do Ministério, o esforço que vem sendo empreendido pelo governo federal, por meio de um conjunto de ações abrangentes e articuladas, para a melhoria da qualidade do ensino médio. Essas ações, em grande medida, vêm ao encontro das discussões desta Comissão no sentido de se garantirem as condições para a oferta de um ensino médio de qualidade. Temos que assegurar, em conjunto com o Ministério da Educação, meios para que essas medidas se efetivem e para que possamos monitorar seus resultados.

Dentre os inúmeros temas debatidos nesta Comissão Especial, alguns foram recorrentes na quase totalidade das discussões realizadas. Nesse sentido, após a realização das inúmeras Audiências Públicas, dos Seminários Estaduais e do Seminário Nacional, as discussões desta Comissão Especial podem ser concentradas em cinco grandes eixos nos quais nos detivemos:

1. Currículo.



A1F06D7B41

2. Integração do ensino médio com a educação profissional.
3. Formação de professores.
4. Condições de oferta e infraestrutura.
5. Instrumentos de avaliação do ensino médio utilizados pelo MEC.

Ressaltamos que as discussões realizadas por esta Comissão Especial foram por demais ricas em temas, dados e experiências sobre o ensino médio em todo o país. Buscamos reproduzir da forma mais fidedigna possível no nosso relatório o teor dos debates que, acreditamos, será de grande valia aos gestores, docentes, pesquisadores e formuladores de políticas educacionais em todos os níveis.

A necessidade de readequação curricular no ensino médio, de forma a torná-lo atraente para os jovens e possibilitar sua inserção no mercado de trabalho, sem que isso signifique o abandono da escola, foi, sem dúvida, o ponto mais debatido nas reuniões de Audiências Públicas desta CEENSI.

A opinião quase unânime dos palestrantes foi de que o atual currículo do ensino médio é ultrapassado, extremamente carregado, com excesso de conteúdos, formal, padronizado, com muitas disciplinas obrigatórias numa dinâmica que não reconhece as diferenças individuais e geográficas dos alunos. Há que se ampliem as possibilidades formativas do ensino médio, de modo a torná-lo adequado às necessidades do jovem de hoje, atraindo-o para a escola.

Nesse sentido, estamos propondo uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Seção referente ao ensino médio, de forma que os currículos sejam organizados por áreas do conhecimento (línguas, matemática, ciências da natureza e ciências humanas), priorizando a interdisciplinaridade, a transversalidade e a maior interação e articulação entre os diferentes componentes e conteúdos curriculares. Para a efetivação desta determinação, propomos, também, que a formação dos docentes para o ensino médio se dê a partir dessas quatro áreas do conhecimento, de forma a habilitar os



professores a tratarem adequadamente os conteúdos e permitir seu aprofundamento.

Na terceira série do ensino médio, os currículos deverão contemplar diferentes opções formativas, com ênfase em uma das quatro áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas) ou em uma formação profissional. Assim, o aluno poderá optar pela formação que mais se adequa às suas preferências e necessidades, possibilitando, inclusive, uma preparação mais adequada àqueles que pretendem ingressar na educação superior ou antecipar sua entrada no mercado de trabalho, além de permitir, no futuro, eventuais “correções de rumo” pelo próprio aluno. Nesse sentido, será permitido ao aluno que concluiu o ensino médio seu retorno à escola para cursar uma nova opção formativa, caso assim o deseje.

Os currículos do ensino médio deverão seguir uma base nacional comum na qual será prioridade o ensino da língua portuguesa, da matemática, o estudo do mundo real físico e natural, da realidade social e política, especialmente a brasileira, e de uma língua estrangeira aplicada à opção formativa e/ou habilitação profissional do aluno, além daquela já adotada na parte diversificada do currículo. Compõem ainda essa base comum conhecimentos de ciências, das artes, das letras e do processo de transformação da sociedade e da cultura.

Dentro da nova perspectiva curricular, é necessário que se contemplem temas de grande relevância para o jovem de hoje e fundamentais para seu crescimento como pessoa e como cidadão, a serem desenvolvidos nos componentes curriculares pertencentes às áreas do conhecimento, como prevenção ao uso de drogas e álcool, meio ambiente, educação sexual, noções básicas da Constituição Federal, do Código de Defesa do Consumidor, importância do exercício da cidadania, participação política e democracia e ética na política. Novos conteúdos e componentes curriculares somente serão incluídos no ensino médio mediante deliberação do Ministério da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

O ENEM, a exemplo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) na educação superior, passa a integrar os currículos do ensino médio, sendo registrada, para fins de histórico escolar, apenas sua participação no Exame e não a nota obtida. O ENEM passa a ter validade de três



A1F06D7B41

anos, podendo o aluno repetir o Exame a qualquer tempo, sendo considerada para fins de ingresso na educação superior a maior nota válida por ele obtida.

Enviaremos Indicação ao Poder Executivo sugerindo ao Ministério da Educação que o Conselho Nacional de Educação reveja as Diretrizes Curriculares para o ensino médio e para a educação profissional à luz das oportunidades formativas ora propostas. Sugerimos, ainda, que a revisão dos conteúdos curriculares dos cursos de pedagogia e licenciaturas para o ensino médio, bem como a formação por áreas do conhecimento, seja realizada pelo Conselho Nacional de Educação em, no máximo, três anos.

Ainda dentro da questão curricular, também foi unânime a ideia de que é necessário, para que se possam desenvolver adequadamente essas possibilidades formativas, que se amplie a permanência do aluno do ensino médio na escola, a exemplo dos países que se destacam nesse nível de ensino, conforme mencionado inúmeras vezes pelos palestrantes que passaram por esta Comissão Especial.

Não faz mais sentido pensar em ensino médio se não for em tempo integral. Assim, estamos propondo, também sob a forma de alteração da LDB, a instituição da jornada em tempo integral no ensino médio como um todo. Adotamos a jornada em tempo integral estabelecida pelo FUNDEB (art. 4º do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007), que é de, no mínimo, sete horas diárias, com a possibilidade de extensão dessa jornada a critério dos sistemas de ensino. A carga horária total do ensino médio passará, assim, das atuais 2.400 horas para 4.200 horas. Dessa forma, todos os alunos matriculados no ensino médio estarão no topo da banda de ponderações do Fundo, que é de 1,3, bem como aqueles matriculados no ensino médio integrado à educação profissional. Para implantar a jornada escolar em tempo integral no ensino médio, os sistemas de ensino disporão do prazo de dez anos para atender 50% das matrículas desse nível, em 50% das escolas, e de vinte anos para atender a totalidade das matrículas e das escolas de ensino médio.

No que tange à educação profissional, apesar de a LDB admitir diversas formas de integração com o ensino médio (articulada integrada, articulada concomitante e subsequente), a habilitação profissional é tida como uma formação adicional ao currículo do ensino médio. A educação profissional deve constituir uma alternativa de formação, que certifique o aluno para prosseguimento posterior dos estudos na sua área ou em outras, caso assim o



A1F06D7B41

deseje. Para tornar o formato atual mais flexível, de modo a permitir eventuais correções de rumo na vida profissional e/ou acadêmica do estudante do ensino médio, buscamos introduzir na LDB a possibilidade de que o aluno do ensino médio também matriculado na educação profissional, além de escolher uma opção formativa compatível com a habilitação pretendida, tenha o quantitativo de horas despendidas nessa formação profissional integralizado no cômputo da jornada em tempo integral, evitando, assim, que o mesmo cumpra uma jornada escolar excessiva de dez, onze horas diárias para completar a parte profissional.

A oferta pouco expressiva de cursos profissionais e técnicos de nível médio no país também preocupa. No Brasil, apenas 14% das matrículas de ensino médio abrangem também a educação profissional, contra 56% da Finlândia, 52% da Alemanha, 44% da Espanha e França e 37% do Chile. Sugerimos, por meio de Indicação ao Ministério da Educação, a ampliação das vagas em cursos técnicos de nível médio, na rede federal de educação profissional e tecnológica e por meio do Pronatec.

Para ampliar as oportunidades educacionais na área da educação profissional técnica de nível médio, buscamos incluir também na LDB a possibilidade do estabelecimento de parcerias entre os entes federados e o setor produtivo, maior interessado na formação de novos técnicos.

A carência e baixa qualidade da formação dos professores do ensino médio foi outro ponto bastante debatido nesta Comissão. Os atuais cursos de pedagogia e licenciaturas não desenvolvem as habilidades específicas para o exercício da docência. O déficit de professores com formação adequada é grande, especialmente nas ciências exatas, por exemplo, apenas 64% dos professores de matemática são licenciados na disciplina. Há que se valorizar os professores, por meio da ampliação dos programas de formação e de salários dignos. Professor valorizado é professor motivado. Que sejam reconhecidos, ainda, os melhores professores e os melhores alunos, por meio de ações específicas empreendidas por esse Ministério, para que suas experiências sejam divulgadas e reproduzidas em todo o país. É preciso que se instituem programas de bolsas ou outras ações de apoio de forma a assegurar professores com dedicação exclusiva ao ensino médio em tempo integral. Estas sugestões também serão encaminhadas ao Ministério da Educação por meio de Indicação.

No que tange às condições de oferta, o ensino noturno foi outro ponto bastante debatido e que inspira cuidados. É importante frisar que o



ensino noturno deve deixar de ser uma regra e ser exceção, ou seja, que apenas aqueles alunos que realmente tenham impedimentos que os impossibilitem de cursar o ensino médio diurno sejam matriculados no noturno. Assim, serão aceitos no ensino médio noturno somente aqueles alunos maiores de dezoito anos, fazendo com que todos os alunos na idade adequada frequentem o ensino regular. É preciso acabar com a realidade de o ensino médio ter que funcionar no turno da noite por falta de escolas, aproveitando o horário de ociosidade das escolas de ensino fundamental por falta de instalações e de infraestrutura, o que obriga 35% dos alunos a frequentarem o noturno. Não cabe mais penalizar os alunos do ensino noturno com currículos exíguos e muito aquém daqueles desenvolvidos nos demais turnos. Sabemos que são muitas as especificidades do ensino noturno, especialmente no tocante à jornada. Porém a qualidade do ensino noturno deve ser a mesma do diurno, sem prejuízo de conteúdos e práticas. Nesse sentido, propomos para o ensino médio noturno a mesma carga horária mínima de 4.200 horas do ensino médio regular diurno, sendo que, para a efetivação dessa carga horária mínima, o ensino médio noturno será desenvolvido em quatro anos, com uma jornada diária de quatro horas, bastante razoável para os alunos que trabalham durante o dia e chegam cansados para sua jornada escolar à noite. As 1.000 horas restantes serão integralizadas pelos sistemas de ensino, a seu critério, inclusive mediante o uso das novas tecnologias da comunicação e informação e da educação a distância.

A infraestrutura das escolas de ensino médio também preocupa, uma vez que a falta de infraestrutura física das escolas – laboratórios, bibliotecas, centros de esporte, cultura e lazer – constitui um entrave ao desenvolvimento de uma educação integral e de qualidade. É necessário que se crie um ambiente educativo atrativo e estimulante para os adolescentes e jovens do ensino médio. Nesse sentido, encaminhamos sugestão ao Ministério da Educação de ampliação dos programas de financiamento para infraestrutura e parcerias com os Estados para a reforma e/ou construção de novas escolas para oferta do ensino médio em tempo integral, priorizando as localidades com maior número de matrículas no turno da noite e com oferta insuficiente de ensino médio diurno.

Incluimos na Indicação ao Poder Executivo sugestões dos Deputados membros desta CEENSI, a saber:



- Propostas feitas por especialistas da área do ensino de línguas estrangeiras, em Audiência Pública realizada no dia 19 de março de 2013. São elas: criação, no âmbito do Ministério da Educação, de uma coordenação permanente da área de linguagens; criação de uma comissão para desenvolver um referencial de níveis de desempenho esperados dos alunos ao término dos níveis da educação básica e das licenciaturas em Letras para o ensino de línguas; criação de uma equipe para implementação de exame nacional para certificação de desempenho dos estudantes; implementação da Lei nº 11.161, de 2005, que instituiu o ensino da Língua Espanhola no ensino médio; e realização de concursos com bancas de aferição da capacidade comunicativa para admissão de professores de língua estrangeira em todo o país.

- Estabelecimento de prazo para a produção de materiais didáticos adequados à nova organização dos currículos do ensino médio, ao que sugerimos ao Ministério da Educação o prazo de três anos.

- Criação de um programa que atenda o ensino médio a exemplo do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), que presta assistência financeira ao Distrito Federal e Municípios para a construção de creches e pré-escolas, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional.

- Criação do Programa de Ações Articuladas para o Ensino Médio (PAR Ensino Médio), mediante assistência técnica e financeira aos entes federados, de forma a dinamizar e coordenar as ações com vistas à melhoria da qualidade do ensino médio.

Por fim, introduzimos na LDB a determinação de que os instrumentos de avaliação do ensino médio, como o SAEB, o ENEM e o IDEB, e que promovam o acesso do aluno aos estudos em nível superior, sejam feitas com base nas opções formativas dos alunos, a partir da ênfase nas quatro áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas), respeitada a base nacional comum dos currículos. Também será sugerido ao MEC que incorpore esta determinação.

De forma a não comprometer a continuidade dos estudos dos alunos que se encontrarem matriculados no ensino médio quando da edição destas alterações da LDB, propomos que as condições de oferta atualmente em



vigor sejam mantidas por três anos para o ensino médio regular, articulado com a educação profissional e ensino médio noturno.

O ensino médio constitui uma etapa decisiva da educação, uma “encruzilhada” entre o ensino fundamental, a educação superior e a profissionalização para o mercado de trabalho. Esta escolha é um divisor de águas na vida do jovem e uma opção mal feita pode acarretar dificuldades que o acompanharão pela vida afora. Daí a importância desta Comissão Especial. Para que serve o ensino médio hoje? Qual seu principal objetivo? Ele serve apenas para “cumprir tabela”, apenas como mais uma etapa cumprida na vida do estudante ou tem uma função maior que é prepará-lo para a vida produtiva e em sociedade? Como motivar os professores para sua participação nesta etapa fundamental da vida de seus alunos? Como atrair novamente a atenção do aluno para este nível de ensino, resgatando sua importância como etapa final da educação básica e preparatória para a vida cidadã?

Estes foram os questionamentos que nos instigaram neste relatório que conclui os trabalhos desta Comissão Especial. Esperamos que as iniciativas aqui propostas possam contribuir para que o Brasil deixe de ser uma exceção no cenário educacional mundial de nível médio, com um sistema rígido e pouco atrativo. Estamos certos de que, a partir deste proveitoso esforço da Câmara dos Deputados, delinear-se-á a nova “cara” do ensino médio brasileiro, a cara dos nossos jovens e do futuro do país.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado WILSON FILHO
Relator

2013_31137



A1F06D7B41

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

(Da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio – CEENSI)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 24 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24.....

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, no ensino fundamental, e de mil e quatrocentas horas, no ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

.....” (NR)

“Art. 36. Os currículos do ensino médio, observado o disposto na Seção I deste Capítulo, serão organizados a partir das seguintes áreas do conhecimento:



A1F06D7B41

- I – linguagens;
- II – matemática;
- III – ciências da natureza; e
- IV – ciências humanas.

§ 1º A base nacional comum dos currículos do ensino médio compreenderá, entre seus componentes e conteúdos obrigatórios, o estudo da língua portuguesa; da matemática; do conhecimento do mundo físico e natural; da Filosofia e da Sociologia; da realidade social e política, especialmente do Brasil; e uma língua estrangeira moderna, além daquela adotada na parte diversificada, conforme dispõe o art. 26, § 5º.

§ 2º Os currículos do ensino médio contemplarão as quatro áreas do conhecimento e adotarão metodologias de ensino e de avaliação que evidenciem a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade, bem como outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.

§ 3º Serão incluídos como temas transversais no ensino médio os seguintes:

- I – prevenção ao uso de drogas e álcool;
- II – educação ambiental;
- III – educação para o trânsito;
- IV – educação sexual;
- V – cultura da paz;
- VI – empreendedorismo;
- VII – noções básicas da Constituição Federal;
- VIII – noções básicas do Código de Defesa do Consumidor;



A1F06D7B41

IX – importância do exercício da cidadania;

X – ética na política; e

XI – participação política e democracia.

§ 4º A inclusão de novos conteúdos e componentes curriculares no ensino médio ficará submetida a deliberação do Ministério da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

§ 5º A última série ou equivalente do ensino médio será organizada a partir das seguintes opções formativas, a critério dos alunos:

I – ênfase em linguagens;

II – ênfase em matemática;

III – ênfase em ciências da natureza;

IV – ênfase em ciências humanas; e

V – formação profissional.

§ 6º A ênfase na formação por áreas do conhecimento ou profissional não exclui componentes e conteúdos curriculares com especificidades e saberes próprios, construídos e sistematizados, implicando o fortalecimento das relações entre eles e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores.

§ 7º É permitido ao aluno concluinte do ensino médio cursar, no ano letivo subsequente ao da conclusão, outra opção formativa.

§ 8º A opção formativa do aluno do ensino médio matriculado na educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada ou subsequente, deverá estar em consonância com a habilitação profissional escolhida.



A1F06D7B41

§ 9º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o aluno demonstre:

I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que norteiam a produção moderna; e

II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.

§ 10. Os diplomas de cursos de ensino médio, quando registrados, terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos em nível superior.

§ 11. As avaliações e processos seletivos que dão acesso à educação superior serão feitos com base na opção formativa do aluno, conforme disposto no § 5º e respeitada a base nacional comum dos currículos do ensino médio.

§ 12. O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM é componente curricular obrigatório dos cursos de ensino médio, sendo registrada no histórico escolar do aluno somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma do regulamento.

§ 13. O ENEM contemplará, em suas avaliações, as quatro áreas do conhecimento.

§ 14. O ENEM terá validade de três anos, sendo facultada ao aluno a possibilidade de repetir o Exame a qualquer tempo.

§ 15. Para fins de ingresso na educação superior, será sempre considerada a maior nota válida obtida pelo aluno no ENEM.” (NR)



A1F06D7B41

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 35-A, 35-B e 36-E:

“Art. 35-A. A jornada escolar no ensino médio incluirá pelo menos sete horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, a critério dos sistemas de ensino.

§ 1º Observada a base comum obrigatória dos currículos, na forma do art. 36, a jornada escolar dos alunos matriculados na educação profissional técnica na forma articulada com o ensino médio poderá incorporar as atividades da habilitação profissional escolhida, a critério dos sistemas de ensino.”
(NR)

“Art. 35-B. O ensino médio noturno, respeitadas as formas de organização previstas nesta Lei, observará a carga horária total mínima de 4.200 (quatro mil e duzentas) horas, sendo 3.200 (três mil e duzentas) horas desenvolvidas ao longo de quatro anos, mediante jornada escolar de pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, e 1.000 (mil) horas a serem complementadas a critério dos sistemas de ensino.

§ 1º Observadas suas especificidades, o ensino médio noturno deverá observar o mesmo currículo e conteúdos desenvolvidos no ensino médio regular.

§ 2º Somente serão admitidos no ensino médio noturno os alunos maiores de dezoito anos.” (NR)

“Art. 36-E. A oferta de educação profissional técnica de nível médio poderá ser feita em regime de parceria entre os entes federados e o setor produtivo, com vistas à ampliação das oportunidades educacionais.” (NR)



A1F06D7B41

Art. 3º O art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

“Art. 62.

§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes para o ensino médio serão organizados a partir das áreas do conhecimento, conforme disposto no art. 36.” (NR)

Art. 4º A contar da publicação desta Lei, os sistemas de ensino deverão implantar a jornada escolar prevista no art. 35-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme disposto no art. 2º desta Lei, mediante o atendimento:

I – do mínimo de 50% (cinquenta por cento) das matrículas do ensino médio, de forma a abranger pelo menos 50% (cinquenta por cento) das escolas, no prazo de dez anos; e

II – da totalidade das matrículas do ensino médio, de forma a abranger todas as escolas, no prazo de vinte anos.

Art. 5º O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM será aplicado por séries no prazo de cinco anos a contar da publicação desta Lei.

Art. 6º O disposto no § 1º do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, referente à inclusão da língua estrangeira moderna na base nacional comum dos currículos do ensino médio, prevista no art. 1º, deverá ser implantado no prazo de três anos a contar da publicação desta Lei.

Art. 7º O disposto no § 8º do art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, referente à organização dos currículos dos cursos de formação de docentes para o ensino médio, prevista no art. 3º, deverá ser implantado no prazo de cinco anos a contar da publicação desta Lei.

Art. 8º De forma a manter a continuidade dos estudos dos alunos matriculados no ensino médio quando da publicação desta Lei, serão mantidas, pelo prazo de três anos para o ensino médio regular, articulado com a educação profissional e ensino médio noturno, as condições de oferta ora vigentes.



A1F06D7B41

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa é resultante dos trabalhos realizados pela Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI).

A partir da constatação, inclusive por meio dos resultados de avaliações nacionais e internacionais das quais participam os alunos brasileiros, de que o atual modelo de ensino médio está desgastado, com altos índices de evasão e distorção idade/série e de que, apesar dos investimentos e do aumento no número de matrículas, não conseguimos avançar qualitativamente nesse nível de ensino, a Comissão Especial buscou realizar a discussão mais ampla e abrangente possível sobre as alternativas de organização do ensino médio e as diferentes possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas do público ao qual se destina este nível de ensino, na perspectiva da universalização do ensino de qualidade.

Durante os mais de dezessete meses de funcionamento da Comissão Especial, foram realizadas dezenas de Audiências Públicas, Seminários Estaduais e um Seminário Nacional nos quais foram debatidas as razões para a falta de interesse dos jovens no ensino médio e para os resultados pouco promissores obtidos neste nível de ensino.

Dentre os inúmeros temas e causas debatidos nesta Comissão Especial, alguns foram recorrentes na quase totalidade das discussões realizadas, ensejando, da parte da Comissão Especial, a formulação desta iniciativa que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996, LDB).

A necessidade de readequação curricular no ensino médio, de forma a torná-lo atraente para os jovens e possibilitar sua inserção no mercado de trabalho, sem que isso signifique o abandono da escola, foi, sem dúvida, o



A1F06D7B41

ponto mais debatido nas reuniões da CEENSI. O consenso foi de que o atual currículo do ensino médio é ultrapassado, extremamente carregado, com excesso de conteúdos, formal, padronizado, com muitas disciplinas obrigatórias numa dinâmica que não reconhece as diferenças individuais e geográficas dos alunos. Há que se ampliem as possibilidades formativas do ensino médio, de modo a torná-lo adequado às necessidades do jovem de hoje, atraindo-o para a escola.

Nesse sentido, propomos a primeira alteração na LDB, de forma que os currículos do ensino médio sejam organizados por áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas), priorizando a interdisciplinaridade, a transversalidade e a maior interação e articulação entre os diferentes componentes e conteúdos curriculares. Para a efetivação desta determinação, estabelecemos, também, que a formação dos docentes para o ensino médio se dê a partir dessa quatro áreas do conhecimento, de forma a habilitar os professores a tratarem adequadamente os conteúdos e permitir seu aprofundamento.

Na terceira série do ensino médio, os currículos deverão contemplar diferentes opções formativas, com ênfase em uma das quatro áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas) ou em uma formação profissional. Assim, o aluno poderá optar pela formação que mais se adequa às suas preferências e necessidades, possibilitando, inclusive, uma preparação mais adequada àqueles que pretendem ingressar na educação superior ou antecipar sua entrada no mercado de trabalho, além de permitir, no futuro, eventuais “correções de rumo” pelo próprio aluno. Nesse sentido, será permitido ao aluno que concluiu o ensino médio seu retorno à escola para cursar uma nova opção formativa, caso assim o deseje.

Os currículos do ensino médio deverão seguir uma base nacional comum na qual será prioridade o ensino da língua portuguesa, da matemática, o estudo do mundo real físico e natural, da realidade social e política, especialmente a brasileira, e de uma língua estrangeira aplicada à opção formativa e/ou habilitação profissional do aluno, além daquela já adotada na parte diversificada do currículo. Compõem ainda essa base comum conhecimentos de ciências, artes, letras e processo de transformação da sociedade e da cultura.

Dentro da nova perspectiva curricular, é necessário que se contemplem temas de grande relevância para o jovem hoje e fundamentais para seu crescimento como pessoa e como cidadão, a serem desenvolvidos nos



componentes curriculares pertencentes às áreas do conhecimento, como prevenção ao uso de drogas e álcool, meio ambiente, educação sexual, noções básicas da Constituição Federal, do Código de Defesa do Consumidor, importância do exercício da cidadania, participação política e democracia e ética na política. Novos conteúdos e componentes curriculares somente serão incluídos no ensino médio mediante deliberação do Ministério da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Outra alteração curricular importante é a inclusão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como componente curricular obrigatório dos currículos do ensino médio, a exemplo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) na educação superior. Apenas a participação do estudante será registrada no histórico escolar do aluno – e não a nota obtida – e a validade do Exame passará a ser de três anos, podendo o aluno repeti-lo a qualquer tempo. Para fins de ingresso na educação superior, será considerada sempre a maior nota obtida pelo aluno no ENEM, dentro de sua validade.

Para que se possam desenvolver adequadamente as possibilidades formativas no ensino médio, é necessário que se amplie a permanência do aluno na escola, a exemplo dos países que se destacam nesse nível de ensino. Se o Brasil deseja alcançar um lugar de destaque no ensino médio, urge a adoção imediata da jornada em tempo integral no ensino médio como um todo. Optamos por adotar a jornada em tempo integral estabelecida pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que é de, no mínimo, sete horas diárias (art. 4º do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007), com a possibilidade de extensão dessa jornada a critério dos sistemas de ensino. A carga horária total do ensino médio passará, assim, das atuais 2.400 horas para 4.200 horas. Dessa forma, todos os alunos matriculados no ensino médio estarão no topo da banda de ponderações do Fundo, que é de 1,3, bem como aqueles matriculados no ensino médio integrado à educação profissional. Para implantar a jornada escolar em tempo integral no ensino médio, os sistemas de ensino disporão do prazo de dez anos para atender 50% das matrículas desse nível, em 50% das escolas, e de vinte anos para atender a totalidade das matrículas e das escolas de ensino médio.

No que tange à educação profissional, apesar de a LDB já admitir diversas formas de integração com o ensino médio (articulada integrada,



articulada concomitante e subsequente), a habilitação profissional é tida como uma formação adicional ao currículo do ensino médio. A educação profissional deve constituir uma alternativa de formação, que certifique o aluno para prosseguimento posterior dos estudos na sua área ou em outras, caso assim o deseje. Para tornar o formato atual mais flexível, de modo a permitir eventuais correções de rumo na vida profissional e/ou acadêmica do estudante do ensino médio, buscamos introduzir na Lei a possibilidade de que o aluno do ensino médio também matriculado na educação profissional, além de escolher uma opção formativa compatível com a habilitação pretendida, tenha o cômputo de horas despendidas nessa formação profissional integralizado na jornada em tempo integral, evitando, assim, que o mesmo cumpra uma jornada escolar excessiva de dez, onze horas diárias para completar a parte profissional.

Para ampliar as possibilidades educacionais na área da educação profissional técnica de nível médio, foi incluída a possibilidade do estabelecimento de parcerias entre os entes federados e o setor produtivo, maior interessado na formação de novos técnicos.

O ensino noturno foi outro ponto bastante debatido pela CEENSI e que inspira cuidados. É importante frisar que o ensino noturno deve deixar de ser uma regra e ser exceção, ou seja, que apenas aqueles alunos que realmente tenham impedimentos que os impossibilitem de cursar o ensino médio diurno sejam matriculados no noturno. Assim, serão aceitos no ensino médio somente aqueles alunos maiores de dezoito anos, fazendo com que todos os alunos na idade adequada frequentem o ensino regular. Além disso, não cabe mais penalizar os alunos do ensino noturno com currículos exíguos e muito aquém daqueles desenvolvidos nos demais turnos. Sabemos que são muitas as especificidades do ensino noturno, especialmente no tocante à jornada. Porém a qualidade do ensino noturno deve ser a mesma do diurno, sem prejuízo de conteúdos e práticas. Nesse sentido, propomos para o ensino médio noturno a mesma carga horária mínima de 4.200 horas do ensino médio regular diurno, sendo que, para a efetivação dessa carga horária mínima, o ensino médio noturno será desenvolvido em quatro anos, com uma jornada diária de quatro horas, bastante razoável para os alunos que trabalham durante o dia e chegam cansados para sua jornada escolar à noite. As 1.000 horas restantes serão integralizadas pelos sistemas de ensino, a seu critério, inclusive mediante o uso das novas tecnologias da comunicação e informação e da educação a distância.



Por fim, introduzimos na LDB a determinação de que os instrumentos de avaliação do ensino médio (como o SAEB, o ENEM e o IDEB) e que promovam o acesso do aluno aos estudos em nível superior sejam feitas com base nas opções formativas dos alunos, a partir da ênfase nas quatro áreas do conhecimento, respeitada a base nacional comum dos currículos.

De forma a não comprometer a continuidade dos estudos dos alunos que se encontrarem matriculados no ensino médio quando da edição destas alterações da LDB, as condições de oferta atualmente em vigor serão mantidas por três anos para o ensino médio regular, articulado com a educação profissional e ensino médio noturno.

Esta Comissão Especial enviou ao Ministério da Educação algumas sugestões de ações para a reformulação do ensino médio que corroboram as alterações na LDB aqui apresentadas, as quais reproduzimos nesta justificação:

- Ampliação do Programa Nacional de Professores Visitantes na Educação Básica – Mais Professores, que visa suprir a carência de professores nas disciplinas que forem necessárias, em especial matemática, física, química e inglês.

- Revisão dos conteúdos curriculares dos cursos de pedagogia e licenciaturas, de forma que sejam desenvolvidas e priorizadas as habilidades específicas para o exercício da profissão docente, bem como a formação por áreas do conhecimento previstas nos currículos do ensino médio. A carência e baixa qualidade da formação dos professores do ensino médio foi um ponto bastante debatido nesta Comissão. Sugerimos que o Conselho Nacional de Educação promova esta revisão em tempo hábil para que, no máximo, em três anos os cursos de formação de professores para o ensino médio incorporem a organização curricular por áreas do conhecimento.

- Urgente ampliação dos programas de formação inicial e continuada de professores desenvolvidos pela CAPES, que têm apresentado excelentes resultados, mas que abrangem apenas uma pequena porcentagem dos professores, de forma que esse problema seja resolvido no intervalo de tempo mais curto possível, uma vez que ainda existe grande carência de professores com formação adequada e específica, especialmente nas ciências exatas.

- Criação de programa de valorização dos professores do ensino médio, por meio de ampliação do acesso à formação, concessão de



bolsas de estudo e outras ações de apoio, de forma a assegurar professores com dedicação exclusiva no ensino médio em tempo integral.

- Construção, ampliação e reforma de escolas para aumentar o atendimento diurno, com prioridade de atendimento dos municípios com maior número de matrículas no noturno e oferta diurna insuficiente.

- Construção de novas escolas para ampliação da oferta de ensino médio em tempo integral. Sugerimos a criação de um programa que atenda o ensino médio a exemplo do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), que presta assistência financeira ao Distrito Federal e Municípios para a construção de creches e pré-escolas, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional.

- Criação de programa de financiamento para a construção de novas escolas e o aparelhamento das já existentes, com a construção de laboratórios, bibliotecas, áreas de esporte, cultura e lazer, além da manutenção de acervos e de material didático e pedagógico.

- Intensificação do Programa Nacional de Adequação de Idade/ano escolar para jovens de 15 a 17 anos retidos no Ensino Fundamental (Nenhum estudante para trás).

- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) adequado às novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), segundo a organização curricular por áreas do conhecimento, e matriz do ENEM, com produção em meio impresso e digital. Sugerimos um prazo máximo de três anos para que esta ação se efetive, de forma que, ao entrar em vigor a nova organização curricular do ensino médio, já haja material didático adequado a essa realidade.

- Educação digital, por meio da distribuição de *tablets* e outras tecnologias e da implantação das Estações Tecnológicas nas escolas de ensino médio.

- Continuação do processo de expansão da oferta de vagas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, buscando interiorizar e democratizar ainda mais o acesso, e ampliação dos acordos de gratuidade com o Sistema S.

- Ampliação das vagas na educação profissional técnica de nível médio para suprir a carência nessa modalidade de ensino, uma vez que apenas 14% das matrículas do ensino médio abrangem também a educação



A1F06D7B41

profissional. Esta ampliação de matrículas deve acontecer não só por meio do crescimento do Pronatec e do incremento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (IFET), mas também por meio do financiamento de novas unidades nos Estados.

- Criação de um sistema de certificação profissional para as principais carreiras profissionais de nível médio, de forma a evitar a proliferação de cursos técnicos de pouco valor pedagógico e profissional. Esse sistema contaria com a participação de instituições que já tenham experiência nesta atividade, como o Sistema S e a ABNT, em parceria com associações profissionais e os Conselhos Estaduais de Educação.

- Adoção de iniciativas que motivem aos alunos do ensino médio a permanecerem na escola, especialmente aqueles que necessitam trabalhar. Sugerimos a criação de programas de bolsas de iniciação científica para o ensino médio e de programas de assistência ao estudante do ensino médio, de forma que o aluno, por meio da percepção de bolsas ou auxílios, possa adiar sua entrada no mercado de trabalho e concluir seus estudos.

- Criação do Programa de Ações Articuladas para o Ensino Médio (PAR Ensino Médio), mediante assistência técnica e financeira aos entes federados, de forma a dinamizar e coordenar as ações com vistas à melhoria da qualidade do ensino médio.

- Implantação de uma coordenação permanente da área das linguagens (Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras e Português para Estrangeiros) no âmbito do Ministério da Educação.

- Criação de uma comissão para estudar e definir um referencial de níveis de desempenho esperados em línguas estrangeiras ao término do ensino fundamental 1, ensino fundamental 2, ensino médio e da Licenciatura em Letras para o ensino de línguas (vinculada ao Ministério da Educação).

- Instituição de equipe para implementação de um exame nacional para certificação do desempenho dos aprendizes de línguas estrangeiras nos diferentes níveis.

- Implementação da Lei nº 11.161, de 2005, uma vez que o prazo para oferta da língua espanhola em todas as escolas de ensino médio do país terminou em agosto de 2010 sem que essa determinação seja cumprida.

- Realização de concursos com bancas de aferição de capacidade comunicativa para admissão de professores de línguas estrangeiras



em todo o país.

Estamos certos de que as alterações propostas por meio do presente Projeto de Lei contribuirão para que o Brasil deixe de ser uma exceção no cenário educacional mundial de nível médio, com um sistema rígido e pouco atrativo, pelo que pedimos o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado REGINALDO LOPES
Presidente da CEENSI

Deputado WILSON FILHO
Relator da CEENSI

2013_31137



A1F06D7B41

REQUERIMENTO

(Da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio – CEENSI)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo iniciativas para a reformulação do ensino médio.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo iniciativas para a reformulação do ensino médio.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado REGINALDO LOPES
Presidente da CEENSI

Deputado WILSON FILHO
Relator da CEENSI



A1F06D7B41

INDICAÇÃO Nº , DE 2013

(Da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio – CEENSI)

Sugere iniciativas para a reformulação do ensino médio.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação,
Aloizio Mercadante,

A Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI) foi constituída com o objetivo de mobilizar os parlamentares e a sociedade para a discussão, o debate e a proposição de iniciativas com vistas a uma nova concepção para o ensino médio no país.

A partir da constatação, inclusive por meio das avaliações empreendidas por esse Ministério, de que o atual modelo de ensino médio está desgastado, com altos índices de evasão e distorção idade/série e de que, apesar dos investimentos e do aumento no número de matrículas, não conseguimos avançar qualitativamente nesse nível de ensino, esta Comissão Especial buscou realizar a discussão mais ampla e abrangente possível sobre as alternativas de organização do ensino médio e as diferentes possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas do público ao qual se destina este nível de ensino, na perspectiva da universalização do ensino de qualidade.

Foram ouvidos pela CEENSI nas diversas Audiências Públicas, Seminários Estaduais e Seminário Nacional representantes dos diversos órgãos do Poder Executivo Federal, das associações estudantis, de entidades sindicais, da iniciativa privada, bem como Secretários Estaduais de Educação, gestores dos sistemas de ensino, pesquisadores e especialistas na área.



A1F06D7B41

Em diversas oportunidades ao longo do funcionamento desta Comissão Especial, o Ministério da Educação apresentou, não apenas por meio de Vossa Excelência, como também de diversos Secretários e titulares de outros órgãos do Ministério, o esforço que vem sendo empreendido pelo governo federal, por meio de um conjunto de ações abrangentes e articuladas, para a melhoria da qualidade do ensino médio. Estas ações, em grande medida, vêm ao encontro das discussões desta Comissão no sentido de se garantirem as condições para a oferta de um ensino médio de qualidade.

Dentre os inúmeros temas debatidos nesta Comissão Especial, alguns foram recorrentes na quase totalidade das discussões realizadas. Nesse sentido, após a realização das inúmeras Audiências Públicas, dos Seminários Estaduais e do Seminário Nacional, as discussões desta Comissão Especial podem ser concentradas em cinco grandes eixos:

- Currículo.
- Integração do ensino médio com a educação profissional.
- Formação de professores.
- Condições de oferta e infraestrutura.
- Instrumentos de avaliação do ensino médio utilizados por esse Ministério.

Esta Comissão Especial está propondo uma alteração bastante significativa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio de Projeto de Lei que enviamos em anexo a esta Indicação, de forma a contemplar alguns pontos que foram consenso em todas as discussões por nós realizadas.

Em linhas gerais, o Projeto de Lei: organiza os currículos do ensino médio em áreas do conhecimento; propõe uma base nacional comum com prioridade para o estudo da língua portuguesa, da matemática do mundo físico e natural, da realidade social e política, especialmente a do Brasil, e de uma língua estrangeira moderna; estabelece que o ensino médio seja ministrado em tempo integral, com o mínimo de sete horas diárias de trabalho escolar, conforme estabelecido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica



A1F06D7B41

e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que financia a educação básica pública; possibilita ao aluno da terceira série do ensino médio a escolha por uma opção formativa, com ênfase em uma área do conhecimento ou em uma formação profissional; estabelece que a opção formativa do aluno que também esteja matriculado na educação profissional esteja em consonância com a habilitação profissional pretendida; estabelece que o ensino médio noturno tenha sua duração estendida para quatro anos, com uma jornada diária de quatro horas, contemplando o mesmo conteúdo curricular do ensino diurno; determina que as avaliações do ensino médio e processos seletivos que dão acesso à educação superior, nacionais ou locais, como o SAEB, o ENEM e o IDEB, sejam feitos com base na opção formativa e/ou habilitação profissional do aluno; permite que os alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio na forma articulada com o ensino médio possam incorporar à jornada de tempo integral as atividades da habilitação profissional escolhida, evitando que os mesmos sejam submetidos a uma jornada escolar extenuante por conta da formação profissional.

Convidamos esse Ministério a participar das discussões acerca do referido Projeto de Lei e, a partir das inovações nele propostas e dos cinco eixos temáticos discutidos na CEENSI, vimos sugerir diversas ações que são de iniciativa desse Ministério e que podem contribuir sobremaneira para que alcancemos o tão almejado salto de qualidade no ensino médio.

Esta Comissão Especial manifesta seu apoio integral ao Compromisso Nacional pelo Ensino Médio que está sendo construído pelo MEC e pelo CONSED, sugerindo que esse Ministério adote as medidas necessárias à efetivação do Compromisso, especialmente no tocante às seguintes ações:

- Ampliação do Programa Nacional de Professores Visitantes na Educação Básica – Mais Professores, que visa suprir a carência de professores nas disciplinas que forem necessárias, em especial matemática, física, química e inglês.

- Revisão dos conteúdos curriculares dos cursos de pedagogia e licenciaturas, de forma que sejam desenvolvidas e priorizadas as habilidades específicas para o exercício da profissão docente, bem como a formação por áreas do conhecimento previstas nos currículos do ensino médio. A carência e baixa qualidade da formação dos professores do ensino médio foi um ponto bastante debatido nesta Comissão. Sugerimos que o Conselho Nacional de Educação promova esta revisão em tempo hábil para que, no máximo, em três anos os cursos de formação de professores para o ensino médio incorporem a



A1F06D7B41

organização curricular por áreas do conhecimento.

- Urgente ampliação dos programas de formação inicial e continuada de professores desenvolvidos pela CAPES, que têm apresentado excelentes resultados, mas que abrangem apenas uma pequena porcentagem dos professores, de forma que esse problema seja resolvido no intervalo de tempo mais curto possível, uma vez que ainda existe grande carência de professores com formação adequada e específica, especialmente nas ciências exatas.

- Criação de programa de valorização dos professores do ensino médio, por meio de ampliação do acesso à formação, concessão de bolsas de estudo e outras ações de apoio, de forma a assegurar professores com dedicação exclusiva no ensino médio em tempo integral.

- Construção, ampliação e reforma de escolas para aumentar o atendimento diurno, com prioridade de atendimento dos municípios com maior número de matrículas no noturno e oferta diurna insuficiente.

- Construção de novas escolas para ampliação da oferta de ensino médio em tempo integral. Sugerimos a criação de um programa que atenda o ensino médio a exemplo do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), que presta assistência financeira ao Distrito Federal e Municípios para a construção de creches e pré-escolas, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional.

- Criação de programa de financiamento para a construção de novas escolas e o aparelhamento das já existentes, com a construção de laboratórios, bibliotecas, áreas de esporte, cultura e lazer, além da manutenção de acervos e de material didático e pedagógico.

- Intensificação do Programa Nacional de Adequação de Idade/ano escolar para jovens de 15 a 17 anos retidos no Ensino Fundamental (Nenhum estudante para trás).

- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) adequado às novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), segundo a organização curricular por áreas do conhecimento, e matriz do ENEM, com produção em meio impresso e digital. Sugerimos um prazo máximo de três anos para que esta ação se efetive, de forma que, ao entrar em vigor a nova organização curricular do ensino médio, já haja material didático adequado a essa realidade.



- Educação digital, por meio da distribuição de *tablets* e outras tecnologias e da implantação das Estações Tecnológicas nas escolas de ensino médio.

- Continuação do processo de expansão da oferta de vagas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, buscando interiorizar e democratizar ainda mais o acesso, e ampliação dos acordos de gratuidade com o Sistema S.

- Ampliação das vagas na educação profissional técnica de nível médio para suprir a carência nessa modalidade de ensino, uma vez que apenas 14% das matrículas do ensino médio abrangem também a educação profissional. Esta ampliação de matrículas deve acontecer não só por meio do crescimento do Pronatec e do incremento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (IFET), mas também por meio do financiamento de novas unidades nos Estados.

- Criação de um sistema de certificação profissional para as principais carreiras profissionais de nível médio, de forma a evitar a proliferação de cursos técnicos de pouco valor pedagógico e profissional. Esse sistema contaria com a participação de instituições que já tenham experiência nesta atividade, como o Sistema S e a ABNT, em parceria com associações profissionais e os Conselhos Estaduais de Educação.

- Adoção de iniciativas que motivem aos alunos do ensino médio a permanecerem na escola, especialmente aqueles que necessitam trabalhar. Sugerimos a criação de programas de bolsas de iniciação científica para o ensino médio e de programas de assistência ao estudante do ensino médio, de forma que o aluno, por meio da percepção de bolsas ou auxílios, possa adiar sua entrada no mercado de trabalho e concluir seus estudos.

- Criação do Programa de Ações Articuladas para o Ensino Médio (PAR Ensino Médio), mediante assistência técnica e financeira aos entes federados, de forma a dinamizar e coordenar as ações com vistas à melhoria da qualidade do ensino médio.

- Implantação de uma coordenação permanente da área das linguagens (Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras e Português para Estrangeiros) no âmbito do Ministério da Educação.

- Criação de uma comissão para estudar e definir um referencial de níveis de desempenho esperados em línguas estrangeiras ao término do ensino fundamental 1, ensino fundamental 2, ensino médio e da Licenciatura em Letras para o ensino de línguas (vinculada ao Ministério da



Educação).

- Instituição de equipe para implementação de um exame nacional para certificação do desempenho dos aprendizes de línguas estrangeiras nos diferentes níveis.

- Implementação da Lei nº 11.161, de 2005, cujo prazo terminou em agosto de 2010 sem que a língua espanhola seja ofertada nas escolas de ensino médio do país.

- Realização de concursos com bancas de aferição de capacidade comunicativa para admissão de professores de línguas estrangeiras em todo o país.

São estas, Senhor Ministro, as sugestões que esta Comissão Especial tem a apresentar a esse Ministério, esperando que Vossa Excelência lhes dê o melhor encaminhamento possível e a celeridade que a relevância do tema demanda.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado REGINALDO LOPES
Presidente da CEENSI

Deputado WILSON FILHO
Relator da CEENSI



A1F06D7B41

2013_31137



A1F06D7B41